



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS- PPGCS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARIA APARECIDA MENDES

**“MAIS EDUCAÇÃO”: PERCEPÇÕES DO VOLUNTARIADO.
UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR
DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.**

SEROPÉDICA

2022



MARIA APARECIDA MENDES

**“MAIS EDUCAÇÃO”: PERCEPÇÕES DO VOLUNTARIADO.
UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR
DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.**

Texto de Dissertação apresentado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRRJ.

Professora: Dra. Alessandra Maia Terra de Faria

SEROPÉDICA
2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M538 " Mendes, Maria Aparecida, 1969-
"MAIS EDUCAÇÃO": PERCEPÇÕES DO VOLUNTARIADO. UMA
ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA
DE DUQUE DE CAXIAS/RJ / Maria Aparecida Mendes. -
Duque de Caxias, 2022.
154 f.

Orientadora: Alessandra Maia Terra de Faria.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais - PPGCS, 2022.

1. Educação Integral. 2. Educação em Tempo Integral.
3. Políticas Públicas. 4. Trabalho Voluntário. 5.
Programa Mais Educação. I. Maia Terra de Faria,
Alessandra, 1975-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais - PPGCS III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA APARECIDA MENDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18 / 07 / 2022.

Profa. Dra. Alessandra Maia Terra de Faria
(PPGCS/UFRRJ - PUC-RIO) - Orientadora

Prof. Dr Marcelo Tadeu Baumann Burgos (PPGCS/PUC-RIO)

Prof^a. Dr^a Rosália Maria Duarte (PPGE/PUC-RIO)

Profa. Dra. Silvia Regina Alves Fernandes (PPGCS/UFRRJ)



Emitido em 2022

TERMO Nº 838/2022 - PPGCS (12.28.01.00.00.00.91)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/07/2022 19:57)

SILVIA REGINA ALVES FERNANDES

*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1544217*

(Assinado digitalmente em 20/07/2022 15:39)

ALESSANDRA MAIA TERRA DE FARIA

*ASSINANTE EXTERNO
CPF: 018.844.409-24*

(Assinado digitalmente em 20/07/2022 15:31)

ROSALIA MARIA DUARTE

*ASSINANTE EXTERNO
CPF: 690.871.567-15*

(Assinado digitalmente em 20/07/2022 19:20)

MARCELO TADEU BAUMANN BURGOS

*ASSINANTE EXTERNO
CPF: 005.534.467-46*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número:

838, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **20/07/2022** e o código de verificação: **593d778c80**

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino e Unidade

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Departamento: PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Km 07, Zona Rural, BR-465, Seropédica - RJ, 23890-000

Coordenação do Programa: Alessandra de Andrade Rinaldi e Maurício Hoelz Veiga Junior

Orientadora

Alessandra Maia Terra de Faria

Mestranda

Maria Aparecida Mendes

Linha de Pesquisa: Teoria política, instituições, políticas públicas e globalização.

Temática: Sociologia da Educação

DEDICATÓRIA

A vocês: minha irmã Silvia Mendes dos Reis, que tanto me poupou em atividades cotidianas para que eu tivesse tempo a ser dedicado à escrita de desenvolvimento dessa pesquisa, além de sempre solícitamente me auxiliar com a oferta de recursos tecnológicos que não poucas foram as vezes que me faltaram ou deram pane e Sulamita Correa Dias, amiga/irmã que, sem a qual, essa pesquisa não seria possível, uma vez que a mesma foi meus olhos na revisão de cada linha aqui escrita e minha fonte de auxílio tecnológico em formatações e adequações à legislações mais específicas de organização de escrita acadêmica. Ambas se projetaram em força e incentivo para a minha não desistência ao longo das dificuldades que se apresentaram e o desânimo que muitas vezes surgiu.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Essa foi uma pesquisa que passou por dificuldades além daquelas que eventualmente se apresentam ao longo de pesquisas acadêmicas, como por exemplo, as questões que exigiram o distanciamento social para proteção contra as consequências da Pandemia de COVID 19 que se abateu no mundo e que atingiu a mestrandia da referida pesquisa em início da formação acadêmica, que teve como proposta de finalização a pesquisa aqui desenvolvida.

No entanto, o trabalho da pesquisadora foi mais leve por poder contar com amigos que dedicaram parte do seu tempo a me auxiliar nessa jornada. Seja como aqueles que incentivaram e dedicaram tempo a me trazer maiores informações de enriquecimento literário e histórico como meu amigo Eduardo Pacheco da Costa, como também buscando diminuir minha carga de tarefas profissionais me ofertando um pouco mais de tempo, como minha amiga Rosângela Martins de Souza ou, ainda, me orientando e analisando meus escritos de forma a me proporcionar dicas muito relevantes para os encaminhamentos escritos e de ideias impressas na pesquisa, além de ter se tornado pessoa por quem levarei no coração como exemplo e admiração enquanto ser humano ímpar, que é o amigo Gustavo da Motta Silva. Para eles, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, também, aos amigos de turma que buscaram diminuir a distância de todas as formas possíveis, tendo como único recurso os meios digitais, mas que ainda assim conseguiram transmitir a ideia da mão estendida a cada dúvida, a cada dificuldade de entendimento acadêmico ou tecnológico. Aos professores do curso que tiveram que se reinventar ao longo do desenvolvimento de todo o processo para garantir a oferta de excelência do trabalho acadêmico em um momento onde a falta do contato presencial fez tanta falta e a proximidade por meio tecnológico se impôs, exigindo adequação imediata, sem permissão para falhas ou fracassos. E vocês conseguiram com elegância, tolerância e comprometimento. Aos avaliadores da minha banca de qualificação que de forma firme, porém sem a perda da empatia e da compreensão, me ajudaram a analisar os erros cometidos e reformular novos caminhos para minha manutenção nos trilhos dos objetivos dessa pesquisa. Ao Laeste Pinheiro Lima que sempre muito gentil e de muita competência profissional, auxiliou em todas as dúvidas estruturais e documentais dessa pesquisadora e de todos os amigos do curso.

E, finalmente, para minha Orientadora Alessandra Maia Terra de Faria que esteve ao meu lado durante todo o processo de evolução desta pesquisa me fazendo entender que esse não seria um processo individual e solitário. Esteve comigo a cada retomada da caminhada e nos momentos em que se podia avançar, sempre com muita delicadeza, otimismo e dicas relevantes para que pudéssemos alcançar resultados certos em prol dos objetivos traçados.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Meu agradecimento especial vai para aquela que se tornou o meu apoio fundamental no entendimento das questões acadêmicas, inclusive em enriquecimento de currículo, publicações e elaborações da pesquisa, minha inesquecível amiga Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro. Além disso, agradeço cada momento de descontração proporcionado por meio da sua leveza e simplicidade de atuar e influenciar diante das dificuldades e esgotamentos que se apresentaram ao longo dessa trajetória.

“É certo que num programa que envolve pensadores que possuem interesse comum em manter reunidas pessoas de diversas classes sociais, idades, etnias etc. o maior ponto positivo é manter tudo isto funcionando com harmonia. Destaque positivo para o aprendizado e inclusão social.”

(Voluntário 9)

“...sempre se quer fazer mais e mais, pois nós colaboradores, professores, instrutores, monitores, mediadores... temos em mente que sempre pode ser feito algo a mais e que pode, também, ser melhorado a cada dia.”

(Voluntário 9)

MENDES, Maria Aparecida. **PERCEPÇÕES DO VOLUNTARIADO. UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

A pesquisa possui como objeto de estudo as percepções do voluntariado que atuou no Programa Mais Educação, no que se refere à situação do trabalho voluntário, suas condições reais de desenvolvimento – instrumental e estrutural – suas atribuições, expectativas e autoavaliação. Pretende-se contribuir, nesse sentido, dialogando a partir das impressões e relatos do voluntariado, para amadurecer reflexões sobre a implementação desse programa de educação em tempo integral por meio da visibilidade impressa ao trabalho voluntário no programa em questão. Para tanto, são discutidas informações sobre o perfil dessa monitoria, bem como suas expectativas iniciais em relação ao programa, à implementação do mesmo e suas considerações sobre os pontos positivos e negativos relativos ao desenvolvimento do “Mais Educação”, no que se refere à sua filosofia, sua estrutura e seu funcionamento. Sendo assim, apresentamos um panorama sobre o mencionado programa na rede municipal de Duque de Caxias, através de um estudo de caso, sobre o trabalho desenvolvido em uma unidade escolar pertencente ao município de Duque de Caxias, no período compreendido entre 2010 e 2018. Foi dada ênfase às experiências surgidas ao longo do processo de adesão dos voluntários e às dinâmicas de trabalho na Escola Municipal onde foi realizada a pesquisa. Sendo assim, a pesquisa analisa: (a) a contratação e perfil do voluntariado e (b) a dinâmica escolar ao longo da implementação do programa. Em primeiro lugar, foi feita a análise da documentação que regulamentou a implementação dos projetos, a seleção de registros de trabalhos dos voluntários e análise bibliográfica para, posteriormente, realizar as entrevistas. Dentre os objetivos está o de evidenciar o perfil desse voluntariado, suas crenças e objetivos iniciais, bem como se estas se modificaram ao longo do seu transcorrer. Nesse sentido, a análise ocorre ao longo do tempo e das impressões com o seu término, considerando o ponto de partida em 2010 (início do programa na unidade escolar) e seu transcorrer até 2018 (término do programa na unidade escolar). Dentre os resultados, é possível observar que, se por um lado o PME foi um marco na política educacional, por outro lado, sua descontinuidade denota a dificuldade de estruturação de uma política educacional integral em tempo integral e de longo prazo no país. Cabe ressaltar que o olhar investigativo se misturou ao olhar de quem fez parte do processo de implementação e funcionamento do programa na Unidade campo

dessa pesquisa (coordenação do programa). Há uma relação próxima inevitável entre objeto e observador como elementos pertencentes à mesma natureza, quando o observador é parte da observação realizada. Nesse sentido, foi mantida a atenção contínua no desenvolvimento das análises, visto que se trata de uma epistemologia desafiadora, onde, no caso, a observadora foi ela própria uma parte da sua observação. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.153)

Palavras-chave: Educação integral, educação em tempo integral, trabalho voluntário, políticas públicas e Programa Mais Educação.

ABSTRACT

The object of study of the research is the perceptions of volunteers that worked in the “Programa Mais Educação”, regarding their situation as volunteer workers, the actual conditions of work development - instrumental and structural - their responsibilities, expectations and self-assessment. The goal is to contribute, in this sense, by discussing the impressions and reports of the volunteers, to mature reflections about the implementation of this full-time education program through the visibility given to the volunteer work in the program in question. Thus, we present an overview of the mentioned program in the municipal network of Duque de Caxias, through a case study, about the work developed in a school unit belonging to the municipality of Duque de Caxias, in the period between 2010 and 2018. Emphasis was given to the experiences that emerged throughout the process of volunteers' adhesion and the dynamics of work at the Escola Municipal. Therefore, the research analyzes: (a) the hiring process and profile of the volunteers and (b) the school dynamics throughout the implementation of the program. The first step was the analysis of the documentation that regulated the implementation of the projects, the selection of records of the volunteers' work, and a bibliographical analysis, to be followed by interviews. Among the goals there was the intention to show the profile of these volunteers, their initial beliefs and objectives, as well as whether these have changed over time. In this sense, the analysis over time and the impressions at the end, considering the starting point in 2010 (beginning of the program in the school unit). Among the results, it is possible to observe that, if, on the one hand, the PME was a landmark in educational policy, on the other hand, its discontinuity denotes the difficulty of structuring an integral and long-term educational policy in the country. It is worth mentioning that the investigative view was mixed with the look of those who were part of the process of implementation and operation of the program in the field unit of this research (coordination role). The close relationship between object and observer as elements belonging to the same nature when the observer is part of the observation carried out. In this sense, continuous attention was maintained in the development of the analyses, since it is a challenging epistemology, where, in this case, the observer was herself a part of her observation. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p.153)

Key Words: Integral education, full-time education, volunteer work, public politics and the “Mais Educação” Program.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Fachada da escola (campo da pesquisa) na beira de pista de veículos leves e pesados.....28
- Figura 2** – Área interna da escola, com pequeno espaço de circulação30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de voluntários por oficinas que atuaram no Programa Mais Educação na escola municipal de Duque de Caxias onde a pesquisa foi desenvolvida	40
Tabela 2 – Quantitativo de matrículas em educação integral na Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II de 2008 a 2010	59
Tabela 3 – Quantitativo de matrículas em educação integral na Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II de 2011 a 2018.....	60

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A: Termo de consentimento livre e esclarecido	86
Apêndice B: Questionário	90
Apêndice C: Respostas individuais dos voluntários ao questionário	93
Voluntário 1	93
Voluntário 2	98
Voluntário 3	102
Voluntário 4	106
Voluntário 5	110
Voluntário 6	114
Voluntário 7	118
Voluntário 8	122
Voluntário 9	126
Voluntário 10	130
Voluntário 11	134

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS A – DOCUMENTOS NORTEADORES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E TRABALHO DO VOLUNTÁRIO.

Termo de Adesão – Programa Mais Escola	138
Regulamentação do Novo Mais Educação	139
Sobre os recursos e funcionamento do Novo Mais Educação	140
Planilha de envio de dados dos mediadores (monitores)	142
Informe sobre formação de mediadores (monitores) pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – Departamento de Projetos	143
Termo de Adesão e Compromisso de Voluntário	144
Relatório mensal de atividades desenvolvidas por monitor voltadas à educação integral.....	145
Recibo de Ressarcimento mensal de despesas com transporte e alimentação	146

ANEXOS B – DOCUMENTOS NORTEADORES DA PESQUISA

Solicitação de abertura de processo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGCS/UFRRJ	147
Carta de apresentação emitida pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.....	148
Checlist do termo de consentimento	149
Protocolo para submissão do projeto	150
Termo de consentimento livre e esclarecido aprovado	151
Parecer da Comissão de Ética da UFRRJ/CEP	152
Parecer da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias	153
Encaminhamento para a Pesquisa na Unidade Escolar onde se realizou a pesquisa.....	154

LISTA DE SIGLAS

BTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAIC – Centro de Atenção Integral às Crianças
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEU – Centro Educacional Unificado
CIEP – Centro Integrado de Educação Pública
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
COVID – Corona Vírus Diesea (“doença do Corona vírus”)
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI – Escola de Período Integral
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo Nacional da Educação Básica
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro
INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
ME – Ministério do Esporte
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MINC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NACE – Núcleo de Apoio ao Conselho Escolar
ONU – Organização das Nações Unidas
PACEF – Programa de Atividades Complementares do Ensino Fundamental
PDE – Plano de Desenvolvimento em Educação
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PME – Programa Mais Educação
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PR – Presidência da República
PROFLETRAS – Programa de Pós-Graduação em Letras

SCIELO – Cientific, Eletronic Library Online

SEB – Secretaria de Educação Básica

SME – Secretaria Municipal de Educação

UERJ -Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – O NASCIMENTO DA IDEIA: O PROBLEMA.....	23
1.1 – Introdução.....	23
1.2 – Estrutura dos capítulos.....	25
1.3 – Sobre o contato com o programa. Construção do problema de pesquisa	26
1.4 – A implementação do programa na Escola Municipal – campo da pesquisa.....	32
1.5 – Justificativa	34
1.6 – Dos objetivos gerais e específicos	35
1.7 – Procedimentos metodológicos	35
1.8 – Coleta de dados	38
1.9 – Construção do roteiro: questionário.....	38
1.10 – Do referencial teórico	40
CAPÍTULO II – TEMÁTICAS QUE CIRCUNDAM A PESQUISA. SITUANDO O LEITOR.	46
2.1 – Trabalho voluntário	46
2.2 – Políticas públicas	49
2.3 – Educação integral	52
2.4 – O Programa Mais Educação: uma investida na ampliação da jornada escolar	55
2.5 – Breve contextualização histórica sobre a educação em tempo integral no Brasil	57
2.6 – Objetivos do Programa Mais Educação	62
2.7 – Um resumo sobre o funcionamento do Programa Mais Educação.....	63
2.8 – Sobre resultados expressos por outros pesquisadores, relativos ao PME.....	64
2.8.1 – Pontos negativos encontrados	64
2.8.2 – Pontos positivos encontrados	64

CAPÍTULO III – O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Apresentação dos dados coletados.....	66
3.1 – O monitor que atuou no programa	68
3.2 – Apresentação dos dados analisados	68
3.3 – Perfil do voluntário do Programa	69
3.4 – Percepções do voluntariado quanto às perguntas subjetivas do questionário.....	69
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
APÊNDICES	86
ANEXOS	138

CAPÍTULO I – O NASCIMENTO DA IDEIA: O PROBLEMA

1.1 – Introdução

A temática relacionada à oferta de educação integral no Brasil é defendida e discutida amplamente por inúmeros segmentos da sociedade, leis, estatutos: na Constituição Federal (artigos 205, 206 e 227); no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 9.089/1990); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/1996, artigos 34 e 87); no Plano Nacional de Educação – PNE (Lei n.10.179/01) e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEB (Lei n.11.494/07). No entanto, esse é um tema que envolve inúmeros elementos como: postura política de quem se encontra no poder e possui autonomia decisória para elaboração, implementação e garantia de funcionamento das leis, investimentos e fiscalização do uso e da chegada dos mesmos, comprometimento dos recursos humanos a serem envolvidos no funcionamento, entre outros. Em entrevista cedida à revista e-Currículo, em 2020, Jaqueline Moll afirma:

O debate da Educação Integral é eminentemente político, diz da responsabilidade, do esforço, da intenção do país, dos governantes, nos diferentes tempos, para avançar e construir a possibilidade de elevação cultural, educacional e política do povo brasileiro. Não há como enfrentar os ciclos intergeracionais de pobreza e miséria sem enfrentar as desigualdades educacionais, e a ampliação e o redimensionamento da jornada escolar são condições para esses processos. (MOLL et al, 2020, p.2107)

Literaturas diversas dão conta de que um cidadão que tenha acesso a uma formação integral se torna capacitado a atuar de forma autônoma no meio social do qual é parte integrante, participando das decisões sociais, políticas e econômicas que regem, inclusive, as decisões do seu país e que a chegada a essa condição somente ocorre por meio da oferta de condições educacionais que valorizem o desenvolvimento dos saberes, conhecimentos e experiências voltados para a vida social do indivíduo e que darão conta de oferecer formação para além da oferta considerada em tempo regular de ensino, propondo que o ensino público ofereça ao aluno de sua rede que, em sua maioria, não possuem acesso às ações culturais, artísticas, esportivas, entre outras; possibilitando que esse aluno se desenvolva de forma plena e dando a ele condições de se estabelecer socialmente. Ainda de acordo com a autora:

Além disso, a Educação Integral exige que disputemos o conceito de uma escola para um desenvolvimento pleno. Uma escola que persiga certo equilíbrio curricular... quanto mais música, organização de peças teatrais, oportunidades de diferentes práticas esportivas, laboratórios

de ciências, mais condições para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, mais condições para a complexificação do pensamento e construção de autonomia moral e intelectual. (Ibid., 2020)

Dessa forma, espera-se da escola que ela seja capaz de assumir o papel de modificadora das desigualdades em direitos, deveres e oportunidades para as classes populares. Darcy Ribeiro destacou em suas obras a defesa da educação como solução a ser aplicada nos problemas sociais, por meio de recursos e programas que garantissem a alimentação, o vestuário, a saúde e o material escolar; tendo sob sua guarda esses alunos por um período de tempo integral. Conforme observa Helena Bomeny, sobre a geração de intelectuais que contou com a expressão e compromisso de figuras como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira:

A geração de 50 foi uma geração que teve a crença na capacidade de intervenção planejada, racional e, em alguns casos, engajada, dos intelectuais com vistas à modernização do país – uma geração intelectual profundamente marcada pela Sociologia, pelos temas e problemas tratados e eleitos por esse campo do conhecimento. A própria disciplina se apresentava em seu sentido de missão transformadora, racionalista e universalizante. Mas, sobretudo pelo cruzamento sugerido de pensamento e ação combinados sob o manto do conhecimento científico e da proposição política. (BOMENY, 2009, p.111)

Dentre as inúmeras ações que se voltaram para a oferta de uma proposta de educação a ser ofertada em tempo integral – horas além das que permeiam a oferta do ensino regular – está o Programa “Mais Educação”, (política de educação nacional que previa a oferta de atividades socioeducativas no contraturno da jornada escolar). Inspirado na tradição anterior, o Programa em foco nessa pesquisa apresenta-se como inspirado nas ideias de antropólogos e pensadores tais: “[...] Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Boaventura de Souza Santos [...]” (BRASIL, 2009c, p.20) e intelectuais do pensamento pedagógico brasileiro: Paulo Freire, Vera Maria Candau, Moacir Gadotti, Jaqueline Moll, dentre outros.

Em um universo de pessoas e questões que ocorreram para que fosse possível implementar o referido programa – legislação, fundos financiadores, plataformas e sistemas próprios de acompanhamento, avaliação de desempenho e desenvolvimento das etapas do processo que vão desde a atuação do governo federal, municipal e da própria unidade escolar receptora do programa – a pesquisa em questão voltou o olhar sobre o voluntário que atuou no programa Mais Educação em uma das unidades escolares pertencentes à rede municipal de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro; buscando as percepções sentidas e vividas por esse trabalhador em relação às perspectivas iniciais em relação ao programa, suas impressões

sobre o trabalho desenvolvido e o alcance das metas propostas, em relação à filosofia de alcance de educação integral, a compreensão da forma de implementação e desenvolvimento do mesmo (o PME), bem como os avanços, entraves e validade do processo de uma forma mais geral.

1.2 – Estrutura dos capítulos

A pesquisa foi dividida em três capítulos que tiveram como objetivos a apresentação das etapas percorridas em relação ao surgimento do problema pesquisado, situar o leitor sobre as questões que estão inseridas no universo da temática da educação integral, do Programa “Mais Educação” e do trabalho voluntário. Dessa forma, segue uma descrição sobre as abordagens ocorridas em cada capítulo.

No Capítulo I, são apresentadas ao leitor as etapas do nascimento da questão de pesquisa, passando pelo contato da pesquisadora com o problema pesquisado; a construção da pesquisa; um panorama de como se dava o funcionamento do Programa Mais Educação na escola municipal de Duque de Caxias que foi campo da referida pesquisa; os objetivos que motivaram o estudo; os procedimentos metodológicos aplicados; os procedimentos de coleta de dados e como se deu a construção do questionário/entrevista que foi submetido ao público da pesquisa. Há também um breve relato de como se fundamentou a pesquisa no que se refere aos autores, dissertações, teses e fontes de pesquisas diversas (inclusive eletrônicos) e que imprimiram credibilidade e contribuíram no desenvolvimento das ideias que permearam todo o texto que desenvolve a pesquisa.

No Capítulo II é desenvolvida uma abordagem sobre os temas que permeiam a pesquisa, no sentido de situar o leitor e promover a compreensão da temática como um todo. Os temas apresentados remetem aos conceitos e fundamentos da educação integral, políticas públicas, a educação em tempo integral e o Programa Mais Educação (política pública com proposta de tempo integral). Ocorre a inserção do leitor no universo conceitual que permeia o assunto da pesquisa como: a conceituação do trabalho voluntário (o serviço desenvolvido pelo trabalhador do programa Mais Educação é inserido em tal modalidade), de educação integral (proposta de implementação do Programa Mais Educação) e a apresentação do próprio Programa com sua legislação, objetivos propostos, objetivos já identificados por outros pesquisadores, bem como as falhas identificadas no mesmo.

No capítulo III encontramos uma breve apresentação de como se deu a implementação do Programa na unidade escolar do município de Duque de Caxias, tais como: espaço, recursos humanos e estruturais, entre outros e as denominações do programa na unidade em

questão. A metodologia adotada, bem como os objetivos e fundamentos teóricos da pesquisa também são explicitados nesse capítulo. Finalmente, por meio da análise das respostas dadas pelos voluntários ao questionário, é evidenciado o perfil do voluntário do programa, bem como seus objetivos e ambições em relação ao desenvolvimento do trabalho; percepções sobre os pontos positivos e negativos observados ao longo da sua atuação e suas expectativas quanto ao futuro do programa. Em seguida, a pesquisadora desenvolveu um relato sobre as percepções explicitadas pelos voluntários.

1.3 – Sobre o contato com o programa. Construção do problema da pesquisa

No ano de 2010, fui convidada a coordenar o Projeto Mais Educação em uma unidade escolar Municipal de Duque de Caxias – meu local de trabalho desde 1997. Logo, passei por todos os anos e transformações do mesmo na referida unidade escolar que se fez campo para essa pesquisa.

Inicialmente, em 2010, ainda, participei de algumas reuniões com grupos de formação da Secretaria Municipal de Educação, onde havia e ainda há um setor de Projetos que trata da organização e desenvolvimento dos diversos projetos implementados no município e um setor financeiro denominado NACE – Núcleo de Apoio aos Conselhos Escolares – que faz a administração das verbas encaminhadas pelo governo federal para desenvolvimento dos mesmos, além de orientar e cobrar das escolas os encaminhamentos destinados às verbas dentro desses espaços escolares e toda a documentação comprobatória.

Dessa forma, fui informada de que a prefeitura iria pagar uma dupla jornada a pessoas da rede para que coordenassem o projeto em suas escolas. Aceitei a função e passei a ser responsável pelo programa desde as reuniões de funcionamento do projeto, seleção das atividades e seus respectivos monitores, autorizações dos pais para participação dos filhos, organização das turmas com seus quadros de horários das atividades, diálogo com espaços parceiros para empréstimo do espaço, formulários de frequência e registros de atividades, acompanhamento e uso da verba e ressarcimento dos monitores que ministravam as atividades.

Dois anos depois, a prefeitura retirou o pagamento da dupla jornada e continuei a coordenar o projeto sem nenhum ganho para a prestação do serviço prestado. O trabalho acumulado era significativo, as turmas eram grandes (em torno de 30 alunos em cada turma) a maioria das atividades ocorria fora do espaço escolar. Com a mudança no governo federal (2015), as atividades ofertadas e o valor da verba destinada foram diminuídos. Veio também uma nova roupagem para o programa, bem como uma mudança no nome para “Novo Mais

Educação”. A estrutura, contudo, permaneceu semelhante e houve uma nova demanda de trabalho dos monitores por meio dos recursos tecnológicos (plataformas de monitoramento do desenvolvimento das atividades e dos resultados).

Mas antes das mudanças acontecerem, a primeira impressão do Programa foi muito boa, no que se referia à possibilidade de oferta de formação mais ampliada para os alunos da unidade em questão. Imagine, poder oferecer aos nossos alunos um pouco da cultura, do esporte e da arte – que os mesmos não tinham acesso por falta de renda familiar que pudesse proporcioná-la! É visível a falta de tempo dos familiares, de estrutura no entorno em termos de lazer. Gesuína Leclerc e Jaqueline Moll, no ano de 2012, em obra intitulada: Educação integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade? Fazem referência a essa oferta;

A pauta da educação integral está diretamente relacionada ao enfrentamento de uma lógica perversa e seletiva que atravessa os sistemas de ensino, estruturado em condições desiguais e participando de modo desigual na distribuição de saberes e de oportunidades. Essa pauta é constitutiva da promoção intergeracional, na medida em que os estudantes cujos pais e mães tiveram que buscar o sustento de suas famílias e foram excluídos e esquecidos da vida escolar precisam ter assegurado seu direito de aprender [...]. (LECLERC; MOLL, 2012. P.23)

Ocorre que, ao longo dos anos de programa, algumas vezes o mesmo era pausado – por falta de verba que pudesse continuar o programa, enquanto aguardávamos repasses de parcelas que atrasavam ou cumpríamos os prazos de novos cadastramentos nas plataformas do PDDE¹ Interativo. Era perceptível que essas interrupções afetavam o retorno das crianças para a rotina e geravam desânimo nos monitores. Havia todo um trabalho de convencimento a ser feito a cada retorno e, muitas vezes, era preciso solicitar a outros alunos que aceitassem a vaga daqueles que não conseguimos convencer a retornar. O mesmo ocorria com os monitores na questão da busca de outros que pudessem substituir as vagas. Outro ponto complicado era o fato de a escola não possuir espaço adequado para a oferta das oficinas (conforme observado em foto abaixo).

¹O PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias de Educação e está disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar. Informação disponível em: <https://pddeinterativo.mec.gov.br/>



Fachada da escola na beira de pista de veículos leves e pesados.
(Fonte: Arquivo de fotos da Escola)

Como também já foi dito, todos os turnos diurnos eram completos, não havendo salas e nem espaços abertos para que as atividades ofertadas pudessem acontecer em espaços externos. A tarefa de busca desses espaços não era tão simples, já que o entorno não era farto de opções a não ser igrejas (católica e metodista). Havia também uma sede da Associação de Moradores que funcionava em frente à escola.

Quanto à sede, foi a primeira a ser contactada, uma vez que, sendo em frente à escola, não estaríamos correndo riscos no trânsito com os alunos e facilitaria a organização para oferta das oficinas. O espaço foi cedido sem imposições ou obstáculos, mas era pequeno e não possibilitava a separação das oficinas para que cada monitor pudesse dar andamento ao próprio planejamento.

Recorremos, então, à igreja Católica – que era na mesma rua da escola, onde também não havia trânsito de veículos, o que ofereceria certa segurança no ir e vir dos alunos. O diálogo ali também não foi difícil, a não ser por uma condição que não conseguimos cumprir, que era a de garantir que as crianças permanecessem em silêncio total e que não fosse desenvolvida nenhuma atividade com muito movimento (danças, encenações), pois, segundo a representante do espaço, “havia ali um sacrário² com livre acesso o tempo todo e tais procedimentos das crianças seria desrespeitoso para com aquele símbolo sagrado”.

Partimos, então, para a conversa com o pastor da igreja Batista Memorial. Ela ficava mais distante da escola e para termos acesso com as crianças era preciso atravessar uma pista que fica na lateral da escola, por onde trafegam desde veículos leves à extremamente pesados. Levamos nossa carência para o pastor. Fomos recebidos com muita satisfação. Passamos a ter à disposição: salas de aulas (que já possuíam para os ensinamentos bíblicos), água gelada, banheiros amplos e limpos,

² Lugar onde se guardam objetos sagrados, esp. a hóstia consagrada e as relíquias. Definições de Oxford Languages (Dicionário)

No começo, nos comprometemos em enviar pessoal para a limpeza, mas esbarramos na insatisfação dos mesmos que se sentiam lesados, pois tinham contrato de trabalho na escola e não externos, mas depois a igreja percebeu a dificuldade e liberou a escola dessa condição (o programa previa a possibilidade de que o projeto ocorresse fora do espaço escolar, mas não previa verba para a atuação de outros elementos importantes para a limpeza e manutenção desses espaços). A zeladora da igreja passou a assumir esse trabalho a mais.

Outra dificuldade observada e sentida pela falta de recursos para a aquisição de serviços que não fossem os dos monitores voluntários, era a falta de alguém que garantisse a segurança dos alunos ao longo das atividades no espaço da igreja. Era amplo e aberto à comunidade, que transitava por ali o tempo todo em busca de alguma ajuda, inclusive água. Traziam garrafas e bombonas para encherem com a água das torneiras da igreja e levarem para suas casas – o serviço de água para manutenção dos moradores era péssimo ou nenhum em alguns locais do bairro onde se situam a igreja e a escola.

Conforme apontado pelo estudo de Maria Helena do Carmo Silveira Costa (2018) sobre a relação entre acesso à água e à educação, esse é um problema presente em Duque de Caxias, e típico de municípios de grande parte das periferias metropolitanas brasileiras. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, no que se refere ao abastecimento de água no município de Duque de Caxias como um todo, aproximadamente 62,43% dos domicílios são atendidos pela rede geral de abastecimento, enquanto os demais 37,57% se veem obrigados a buscar outras formas de acesso à água³. Como observa a autora, as unidades escolares, em geral, padecem de problemas semelhantes de seus entornos. Ou seja, é difícil resolver a questão do acesso à água nas unidades escolares de Duque de Caxias, sem considerar o espaço mais abrangente, os bairros onde estão localizadas. Nesse sentido, o problema do abastecimento das escolas pode ser considerado, inclusive, como um indicador da problemática de acesso à água em Duque de Caxias.

Dessa forma, havia o temor de que, ao transitar pelos espaços (inclusive banheiros), alguma criança pudesse estar em risco pela presença de um estranho com alguma intenção ruim e, ainda, riscos de acidentes, já que a igreja contava com espaços em obra e algumas salas eram no segundo andar e não tinham grades nas janelas⁴. Sendo assim, contávamos com algum serviço “voluntário” de algum funcionário da escola para ficar vistoriando esses espaços que, na maioria das vezes, era feito por mim mesmo.

³ Sobre o assunto, Ver: <https://ondasbrasil.org/politicas-publicas-de-abastecimento-de-agua-em-interface-com-a-educacao/>

⁴ Tivemos episódio de aluno que desceu por essas janelas.

Também houve alguns problemas quanto a algumas manifestações dentro de oficinas como a de dança e do teatro, por exemplo. Era preciso seguir recomendações sobre comportamentos relacionados ao vestuário – mais das meninas – e a determinados tipos e ritmos de música. O maior deles esteve relacionado ao desenvolvimento da capoeira que inicialmente foi aceita no espaço externo – quadra – com algumas recomendações sobre músicas utilizadas que tivessem relação com o contexto histórico. Recebemos, inclusive, sugestão de buscar na internet músicas gospels de capoeira. Mais tarde passamos a encaixar as aulas de capoeira dentro dos espaços de recreios e almoços da escola e a mesma passou a acontecer somente lá, alternando o espaço com a Sala de Leitura para complementação do tempo.

Então, a rotina era a seguinte: as crianças terminavam as aulas do tempo regular de ensino, almoçavam – esse era um momento de muita tensão no espaço, pois os alunos saíam das salas e tinham que aguardar em uma pequena área interna da escola – segue foto abaixo – (a mesma que dava conta de liberar as crianças que não ficavam para o programa) e esperar que a escola pudesse se organizar minimamente para oferecer almoço (ou lanche, dependendo do horário da turma nas oficinas do programa) e poderem ser conduzidas para o espaço da igreja pelos monitores e por mim.



Área interna da escola com pequeno espaço para circulação
(Fonte: Arquivo de fotos da Escola)

Era um trajeto difícil. Em torno de 70 a 80 crianças para caminhar ao longo de uma pista e atravessá-las na ida e na volta – muitas vezes contávamos com a compreensão dos motoristas. Após o horário das oficinas, as crianças eram conduzidas novamente para o espaço da escola para se alimentarem mais uma vez e serem encaminhadas para suas casas. As crianças que estudavam à tarde chegavam pela manhã na escola e faziam um lanche para

irem para as oficinas na igreja – mesma dinâmica do grupo da tarde. Esse grupo retornava no horário de saída do turno da manhã, se misturava aos que estavam aguardando para as oficinas da tarde e almoçavam todos juntos, ficando esses para as aulas regulares da tarde na unidade escolar.

Essa movimentação dentro da escola era fator de muita insatisfação e reclamação por parte dos professores – barulho e agitação em momento de intervalo deles ou de aulas do turno que ainda estava em atividades do horário regular – quando acontecia o retorno das crianças do programa do horário da tarde ou chegavam as que teriam aulas pela manhã. Havia reclamações também por parte dos dirigentes do turno que sofriam na tentativa de organização do espaço e diminuição dos transtornos; por parte do pessoal da limpeza que, por causa da movimentação, enfrentavam uma maior necessidade – mais vezes – de limpeza do espaço e até mesmo por parte das cozinheiras que tinham o serviço mais intensificado pela quantidade de refeições a serem servidas – que se transformavam em quatro ofertas de lanches e quatro ofertas de almoço ao longo do dia (oito refeições diárias para preparar e servir). Todos esses serviços se transformavam em “voluntários”, pois não havia previsão de verba para eles.

Os envolvidos no Programa Mais Educação passavam por avaliações que tinham o objetivo de compreender e medir o desenvolvimento dos alunos e o andamento do programa. Tais avaliações eram retiradas da plataforma CAED. O custo das impressões dos cadernos (Matemática e Português) para cada aluno era resolvido pela unidade escolar. Cabia a alguém da escola (professor regente, Orientadora Pedagógica, entre outros) o lançamento dos alunos e a montagem das turmas na plataforma, bem como o cadastro dos monitores e o acompanhamento dos resultados – o serviço era feito por mim.

Os monitores aplicavam as avaliações e faziam, junto com a Orientadora Pedagógica, os lançamentos dos acertos. Ao findar os lançamentos, a plataforma emitia gráficos dos resultados e da evolução. Os monitores também lançavam conteúdos trabalhados e frequência dos alunos nessa plataforma. Havia um serviço de supervisão periódico dos trabalhos e planejamentos dos monitores – pessoa designada pela Secretaria Municipal de Educação.

Em meio a toda essa dinâmica do programa, comecei a me interessar em saber, de forma mais profunda, quais eram as impressões das pessoas que estavam participando desse cenário, sobre o Programa “Mais Educação” em si: objetivos, alcance real desses objetivos, entre outros. No entanto, compreendi que esse seria um caminho que demandaria mais tempo do que um Mestrado pode proporcionar a um pesquisador. Direcionei, dessa forma, essa pesquisa para outra inquietação, além das questões que pensava em relação aos outros

integrantes do processo, compreender a visão dos mesmos sobre o vínculo voluntário e o desenvolvimento do programa.

Ingressei na pesquisa determinada a comprovar minhas suspeitas de que esse trabalhador não estava ciente de sua condição de voluntário ou, ainda que soubesse de tal condição, sendo esse só mais um trabalhador vitimado pelo desemprego e em busca de qualquer trabalho que pudesse lhe complementar a renda, garantindo a alimentação da família e, ainda, que, para tanto, trabalhava em várias unidades escolares para que a junção dos valores pudesse alcançar o que se assemelhasse a um salário mais substancial; ainda que fosse ficar sem a contagem de tempo por esse trabalho desenvolvido e nenhuma outra garantia trabalhista. Na minha concepção, os voluntários do programa se assemelhavam aos atuais empreendedores⁵ com seus serviços de entregas e de transporte de passageiros. Dessa forma, eu acreditava estar diante de mais um elemento que sofria a precarização da sua condição e frágil situação trabalhista. Cheguei a investir em vasta bibliografia sobre a precarização do trabalho e os temas que circundam a temática, inclusive legislação e política (a pesquisa em questão não fará nenhum aprofundamento aqui em relação às questões relacionadas à precarização do trabalho).

No entanto, foi se descortinando uma realidade não percebida por mim, que era a de que o trabalhador voluntário ingressava no programa ciente da sua condição de voluntário e da filosofia que estava impressa nele. A necessidade de agregação e dependência financeira daquele valor que seria incorporado à própria renda, se dava como consequência e não de forma premeditada no ato do ingresso. A pesquisa em questão, então, objetivou trazer para o leitor essa visão, impressões e percepções desse trabalhador sobre o questionamento aqui apresentado.

1.4 – A implementação do programa na Escola Municipal – campo da pesquisa

Desde o começo, a Unidade Escolar municipal de Duque de Caxias (local de análise dessa pesquisa) atendia ao número máximo orientado pelo programa Mais Educação, que era de 150 alunos – distribuídos em turmas de 30. Sempre contou com espaço fora da Unidade para o seu funcionamento, pois a mesma atendia e atende a três turnos no ensino regular, com todas as dependências ocupadas.

Em 2010, ano do início do Projeto Mais Educação na Unidade escolar, os alunos participavam de aulas de Português, Matemática, Esporte, Capoeira, Dança, Pintura e Xadrez

⁵ Sugestões de fontes de abordagem do tema “Precarização do Trabalho e empreendedorismo”:

– essa organização sofreu alteração ao longo dos anos por meio da substituição de umas oficinas por outras (esporte, artesanato, entre outras). Os ressarcimentos aos monitores/mediadores/ facilitadores (denominações dos trabalhadores no programa), eram feitos por meio de recibos que vinham com texto claro de que não havia vínculo e sim uma simbólica ajuda de custo para alimentação e transporte. Quanto aos recursos para estruturação e funcionamento das oficinas, no início eram fartos e suficientes, mas foram diminuindo consideravelmente ao longo dos anos, passando a não garantir material para o trabalho com todos os alunos.

A partir de 2017, houve uma mudança no atendimento e denominação do programa com solicitação de nova adesão das escolas (condição para recebimento de recursos para manutenção do programa na unidade escolar) por meio do Plano de Atendimento Escolar realizado pelo Sistema PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. O programa recebeu outro nome: Novo Mais Educação (criado pela Portaria MEC Nº 1.44/2016) e, também, nova modalidade de oferta de atividades que, já no governo do Presidente Michel Temer, teve diminuída a verba para a aquisição e manutenção de materiais para as oficinas e redução do número de escolas atendidas. Passou a tornar obrigatórias as monitorias de Português e Matemática – para escolas que aderiram à oferta de 5 horas semanais – Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa com 2 horas e meia de duração e Acompanhamento Pedagógico de Matemática com duas horas e meia de duração (<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>). Para escolas que optaram pelo atendimento de 15 horas semanais atendendo ao número máximo de alunos (150), poder-se-ia ofertar mais três oficinas a serem escolhidas, além de Português e Matemática – Acompanhamentos de Português e Matemática com quatro horas de duração cada e três outras, escolhidas dentro das ofertas disponibilizadas pelo sistema do PDDE Interativo para complementação das 7 horas restantes (<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>).

As escolas atendidas pelo Novo Mais Educação (NME) não têm recebido as verbas necessárias para a continuidade do programa, que visa ampliar a jornada escolar dos estudantes. Além do PME, nenhum outro programa de apoio à educação integral nos anos Fundamental e Médio recebeu recursos neste primeiro semestre. (MATUOKA, 2019⁶)

Então, em 2018, o programa passou a funcionar na escola municipal, onde se desenvolveu a pesquisa, com as características do programa Novo “Mais Educação” e a

⁶ Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-entraves-para-continuidade-do-novo-mais-educacao/>

unidade passou a oferecer Português, Matemática, Capoeira, Teatro e Artesanato. No mesmo ano, teve que proceder a troca do Teatro pela Dança e o Artesanato pelo Futebol, pois a diminuição da verba acabou por impedir o investimento em materiais das oficinas de artesanato e de teatro, por serem mais caros. O programa não recebeu mais verba para sua continuação, tendo funcionado na unidade escolar até o ano de 2018.

1.5 – Justificativa

Há ideias equivocadas sobre a oferta da educação integral estar atrelada apenas ao aumento de horas ofertadas aos educandos, segundo observa Moraes (2009). Mas fato é também que a oferta de Educação Integral no Brasil é determinada por lei (LDB) e recomendada em outros documentos que regulamentam o funcionamento da educação brasileira. Na pesquisa em questão, há o cuidado em esclarecer que o conceito de educação integral carrega em si a necessidade de formação do aluno em sua plenitude, preparando o mesmo para a vivência social, a atuação nessa sociedade e autonomia de ação.

Para tanto, tornam-se necessárias elaborações de políticas educacionais que busquem dar conta de ofertar essa formação. Inúmeros são os autores defensores de políticas públicas que se propuseram a realizar essa tarefa como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, entre outros. Algumas propostas foram postas em prática em municípios e estados diversos. Moll, ao tecer comentários sobre a implementação do Programa Mais Educação como uma política educacional que se propôs a ofertar a educação integral por meio da ampliação do tempo, faz referência aos autores que referenciaram políticas como essa:

Embora o Mais Educação não exista mais como proposição federal, suas aprendizagens e suas utopias vivem nas experiências de escolas municipais e estaduais deste país continental. É muito difícil andarmos pelo Brasil e conversarmos com gestores e professores da Educação Básica, desse período recente, que não falem, que não conheçam, que não façam referência ao PME. Ele revolve as terras da memória buscando as referências dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) de Darcy, das Escolas-Parque de Anísio, das ideias dos Manifestos de 1932 e 1959, dos Ginásios Vocacionais de Maria Nilde Mascelani, da experiência dos Círculos de Cultura de Paulo Freire. O Programa Mais Educação dialoga densamente com as ideias de Paulo Freire porque trabalha com a perspectiva de que os saberes do mundo, da vida, vão animar, vão construir sentidos para os saberes escolares, pois a leitura da palavra é sempre precedida e atravessada pela leitura de mundo. (Moll, et al, 2020, P.2095 – 2111)

O Programa Mais Educação foi mais uma oferta de política pública que se propôs a cumprir a implementação da formação integral, por meio da ampliação do tempo escolar e,

através dessa ampliação, garantir que os mesmos pudessem ter acesso a áreas do saber (cultura, arte, esporte, entre outros) que não se mostrava possível em tempos regulares do ensino (Soares, et al, 2017)

No entanto, toda proposta de política pública é passível de avaliação em busca da compreensão do processo desenvolvido, bem como os encaminhamentos dados aos mesmos. No caso da pesquisa em questão, a análise do processo foi desenvolvida por meio da escuta e observação de dados relacionados à atuação do monitor voluntário do Programa Mais Educação, que atuou na Escola Municipal (campo da referida pesquisa), situada no município de Duque de Caxias.

1.6 – Dos Objetivos gerais e específicos

Esta pesquisa objetiva, por meio do referido programa, apresentar o “Mais Educação” que funcionou na Unidade Escolar – campo de trabalho dessa pesquisa – para analisar e discutir a perspectiva do trabalho voluntário dos trabalhadores, destacando a forma como eles foram conduzidos e atuaram no ambiente escolar, suas relações de trabalho, qualidade, condições e expectativas e que tal estudo seja base para futuros debates e possíveis resistências em prol da manutenção ou redirecionamento em favor de novas práticas de investimento no trabalho educacional em cenário público.

O Projeto de Pesquisa em questão objetiva, em sua especificidade, analisar a forma do trabalho voluntário dos profissionais que atuaram no projeto Mais Educação que foi implementado na Escola Municipal (pertencente à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias/RJ); descrever os desafios existentes, levantando informações sobre as motivações desse trabalhador voluntário, além das suas satisfações e frustrações em relação ao desenvolvimento e paralisações do programa.

1.7 – Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada baseou-se em um modelo de estudo de caso com abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e documental. A análise do trabalhador voluntariado foi realizada por meio de questionário (com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁷, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ), através do diálogo com autores que versam sobre os seguintes temas: Trabalho voluntário, educação integral, políticas públicas de educação em tempo integral e o Programa Mais Educação. Dessa forma, além da

⁷ Termo anexado no apêndice

leitura para embasamento teórico, foram desenvolvidos questionários com os sujeitos colaboradores do programa em questão (monitores/facilitadores/mediadores), que foram atuantes no programa Mais Educação na unidade escolar de Duque de Caxias (com autorização pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias⁸), onde se desenvolveu a referida pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com análise de literatura e documental. Possui um recorte temporal que limitou a pesquisa entre os anos de 2010 e 2018 – anos de início e de término do programa na unidade escolar campo da investigação. A pesquisa documental se deu por meio da coleta de dados em documentos oficiais, manuais de orientação para implementação do PME, fontes estatísticas e formulários. A análise literária buscou a verificação de como, onde e por quem vem sendo discutido o Programa Mais Educação, buscando compreender bases conceituais e estruturais do mesmo; além de estudos sobre o programa em questão com outro foco que é o trabalhador voluntário e suas impressões sobre o programa: avanços, fracassos e funcionamento do programa.

Foram selecionados sítios de pesquisas de teses e dissertações por meio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTD) e Domínio Público; sítios de pesquisas de periódicos acadêmicos da Educação e Ciências Sociais Aplicadas: SCIELO; sítios de pesquisa acadêmica (Google Acadêmico). No momento da busca ocorreu seleção e posterior refinamento como: leitura dos títulos, leitura de resumos e das introduções, no que se refere às teses e dissertações.

Com base nas produções selecionadas, foi possível fazer análises gerais sobre o rol de publicações, intelectuais envolvidos e referenciais teóricos utilizados. Entre os principais documentos do Programa Mais Educação, analisados pelos autores pesquisados estão: Portaria Interministerial N. 17, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007); Decreto N.7.083, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010); Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral (BRASIL, 2009); Texto Referência para o Debate Nacional, série Mais Educação – Gestão Intersetorial no Município (BRASIL, 2009).

A leitura dos textos possibilitou análises iniciais sobre o PME e a relação desses com as políticas públicas de implementação da educação integral. Conforme a ênfase de cada trabalho, foi possível a divisão dos mesmos em grupos da seguinte forma: publicações que discutem o conceito, estruturação e legislação do Programa Mais Educação; publicações sobre

⁸ Autorização anexada no apêndice

educação integral; análise histórico/comparativa de experiências nacionais de educação em tempo integral; as características do voluntariado e o voluntariado atuante no Programa Mais Educação. A definição das palavras chave levou em conta os temas PME – Programa Mais Educação –, voluntariado – atores do programa –, educação integral e educação em tempo integral, procurando abarcar o maior número de publicações sobre o tema PME – foco de estudo na referida pesquisa sob a percepção do trabalhador voluntário.

A pesquisa foi desenvolvida em uma Unidade Escolar pertencente à rede Municipal de Duque de Caxias. O foco de observação foi a atuação do voluntariado, bem como as suas percepções sobre o desenvolvimento do programa ao longo da atuação dos mesmos. Não houve trabalho de campo, uma vez que o projeto foi encerrado na unidade escolar (local da pesquisa) em 2018 e a pesquisa foi iniciada em 2020. No entanto, foi desenvolvida uma análise do processo de forma retórica e documental (documentos disponibilizados por espaços eletrônicos e preservados em arquivos da unidade escolar onde se desenvolveu a pesquisa) pela pesquisadora, que foi atuante na organização do projeto por oito anos. Foi estabelecido contato com a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias para que a mesma autorizasse o acesso aos documentos que se encontravam de posse da escola pertencente a sua rede, para que fossem analisados e integrassem as considerações pós-estudos.

Pelos documentos que deram suporte à implementação do Programa Mais Educação na Escola Municipal (campo da pesquisa) pôde-se construir a trajetória da organização e funcionamento do PME na unidade em questão: Os voluntários se candidatavam ao cargo e passavam por um processo de seleção interna que ocorria por indicação (inclusive de autoridades da própria igreja que cedia o espaço para o desenvolvimento das atividades) e por meio da entrega de currículos. Ao longo dos anos, o processo seletivo foi sofrendo alterações, passando a ser orientado pela SME (Secretaria Municipal de Educação) por meio do preenchimento de formulários que registravam o perfil e algumas proposições sobre o programa por parte dos interessados no ingresso do trabalho voluntário. Após análise documental e entrevistas, os selecionados permaneciam no trabalho na unidade e os outros eram encaminhados para um banco de candidatos na SME que direcionava para as unidades que continuavam com carência após o processo seletivo.

A seleção dos participantes dessa pesquisa foi realizada por meio da busca de contatos existentes em documentos que os mesmos preenchiam ao longo do desenvolvimento do programa: currículos, recibos, listas de contatos, entre outros. A forma de contato de maior êxito foi o telefone daqueles que ainda mantiveram os números que registraram nos documentos de ingresso no programa. Dessa forma, foram desenvolvidos questionários com

os voluntários que atuaram no PME na unidade escolar em questão. Tais questionários se propuseram a traçar o perfil desses voluntários e, por meio da análise das questões respondidas, desenvolver relatos sobre as impressões e perspectivas dos mesmos em relação ao início, desenvolvimento e término do programa.

No total, foram desenvolvidos 11 questionários em um universo de 27 voluntários que atuaram no programa ao longo de 8 anos (2010/2018). Todos os questionários foram encaminhados aos participantes por meio do google forms – escolha dos mesmos. A análise foi desenvolvida por meio dos temas implícitos nas questões: perfil – idade, raça, cor, gênero, moradia, religião, formação, renda, objetivos ao ingressar no programa, pontos positivos e negativos, perspectivas futuras, desafios, entre outros. Buscou-se, também, conceituar o Programa “Mais Educação”, a política de educação integral e em tempo integral.

1.8 – Coleta de dados

A coleta de dados por meio de questionário foi solicitada a 16 voluntários de um universo de 27 que atuaram ao longo dos oitos anos de implementação do programa na escola municipal de Duque de Caxias que foi campo dessa pesquisa. Impedimentos de contato se deram por causa de mudanças de telefones e de endereços que constavam em registros dos voluntários e que se encontram preservados na unidade escolar (currículo, recibos, entre outros), o que impossibilitou a solicitação de participação na pesquisa dos 27 trabalhadores do programa. De 16 convidados, 11 responderam, conforme citado anteriormente.

O questionário contou com questões que objetivaram a compreensão do perfil do voluntariado do programa: idade, formação, gênero, cor, raça, formação acadêmica, religião, moradia e outras vinte perguntas que buscaram explicar os interesses e perspectivas dos mesmos em relação à adesão como voluntários do programa.

1.9 – Construção do roteiro: questionário

A construção do roteiro: questionário levou em conta as intenções da pesquisadora em provocar a exposição escrita dos voluntários da pesquisa sobre questões relacionadas às informações já existentes (por meio da divulgação dos objetivos do programa) acerca da oferta da educação de formação integral do aluno e de apoio social e assistencialista para alunos do cenário público educacional e, ainda, questões explicitadas em trabalhos acadêmicos já publicados que dão conta de mostrar falhas na implementação e

desenvolvimento do programa, por meio da ótica dos professores ou outros elementos que compunham o cenário do programa.

Primeiramente, buscou-se traçar o perfil desse trabalhador que atuou de forma voluntária no Programa “Mais Educação”, buscando explicitar seu poder aquisitivo, cor/raça, religião, estabelecimento social (moradia, bens de locomoção), entre outros e, em seguida questões que indagaram dele as impressões sobre o programa, contidas em suas próprias experiências de atuação. Todas as questões permitiram compreender tanto a conscientização desses trabalhadores sobre a situação de trabalho voluntário como também o quanto refletiram sobre as consequências de tal proposta ao desenvolvimento e alcance dos objetivos do programa e, ainda, sobre o distanciamento do objetivo inicial de uma oferta de educação integral e o direcionamento para os objetivos secundários e de consequência da oferta do programa relacionados às questões mais assistenciais como: alimentação, proteção e promoção da saúde, busca de correção na evasão escolar e bem estar social.

Os questionários foram elaborados por meio de formulários no Google e encaminhados aos voluntários da pesquisa. Essa modalidade foi escolhida pelos mesmos e foram levadas em conta, para a escolha de tal modalidade, as recomendações de distanciamento ao longo do período de transmissão da COVID 19 – que ainda estava causando número alto de mortes e internações ao longo dessa fase na referida pesquisa. O questionário que elabora o perfil do trabalhador voluntário consta de perguntas curtas com opções objetivas e de única opção de respostas marcadas pelos entrevistados (somente tendo opções de resposta diferenciada – opcional – em algumas questões mais pessoais) e, também, de perguntas subjetivas com respostas livres e exclusivamente pessoais, elaboradas por meio da observação de cuidados para não causar nenhum tipo de influência, intimidação ou mesmo o enviesamento da reflexão do entrevistado.

Abaixo é apresentada uma tabela com o quantitativo de trabalhadores que atuaram no programa ao longo dos oito anos de implementação do mesmo na unidade escolar campo da pesquisa. A tabela foi desenvolvida pela identificação do quantitativo desses professores que atuaram nas oficinas, com a intenção de demonstrar a rotatividade e o quantitativo de profissionais que atuaram nesse trabalho voluntário ao longo dos anos de 2010 e 2018. A identificação desse quadro de trabalhadores foi obtida por meio da análise de formulários de identificação dos mesmos que se encontram nos arquivos da unidade escolar onde foi desenvolvida a pesquisa.

Tabela 1 – Quantitativo de voluntários por oficinas que atuaram no Programa Mais Educação na escola municipal de Duque de Caxias onde a pesquisa foi desenvolvida.

Ano de 2010/2018.

TOTAL DE ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PME = 8

OFICINAS	MONITORES/OFICINEIROS/FACILITADORES
LETRAMENTO/ORIENT. DE ESTUDOS/LEITURA	SEIS
MATEMÁTICA	SEIS
XADREZ	UM
CAPOEIRA	QUATRO
DANÇAS	TRÊS
TEATRO	DOIS
PINTURA/ARTESANATO	QUATRO
FUTEBOL/ESPORTE NA ESCOLA	UM

(Fonte: Recibos assinados pelos voluntários/ arquivo na escola)

TOTAL DE OFICINAS = 8

TOTAL DE VOLUNTÁRIOS = 27

Observação: Esclareça-se que não foram oito anos ininterruptos do Programa. O programa durava em torno de 10 meses por ano e, algumas vezes, foi interrompido por lentidão na liberação da verba (muitas vezes foi liberada – a verba – em duas parcelas ao longo do ano).

1.10 – Do referencial teórico

À luz da Sociologia da Educação – onde a relação entre escola e cultura é vista na perspectiva de sujeitos ativos em um mundo de trabalho e de relações sociais que nos permite compreender que a educação se dá em um contexto da sociedade e que também oportuniza compreender e caracterizar a inter-relação ser humano/sociedade/educação que interliga indivíduos em associações, grupos e instituições – é que, antes de tudo, se fundamenta essa pesquisa.

“[...] não apenas o indivíduo faz parte da sociedade, uma parte da sociedade faz parte dele” (RODRIGUES, 2004, p. 24-25).

Segundo Durkheim – considerado o pai da Sociologia da Educação⁹ – a educação em si é um fato social, uma vez que atua como processo de preparação cultural dos indivíduos para a vida em sociedade. Para ele, o fato social se materializa na maneira de agir, de pensar e de sentir que age sobre os sujeitos como uma força capaz de obrigá-los a se adaptarem às regras do meio social do qual fazem parte.

“[...] na verdade, cada sociedade, considerada em determinado momento de seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos como uma força geralmente irresistível.”
(DURKHEIM, 2013, p. 47-48)

De forma mais específica, o embasamento teórico que referenda essa pesquisa se sustenta nos pilares temáticos que norteiam o problema da pesquisa que são: o trabalho voluntário, políticas públicas, a educação integral e a educação em tempo integral. Evidentemente que um considerável número de referências relevantes encontradas em teses, artigos, dissertações, meios eletrônicos, entre outros, auxiliaram na construção das ideias que construíram textualmente a pesquisa. No entanto, citarei aqui aquelas que irão imprimir credibilidade mais direta aos temas secundários e, ao mesmo tempo, de suma importância para entendimento da temática da pesquisa como um todo.

Em relação à questão do trabalho voluntário, referencia, teoricamente, essa pesquisa a Dissertação de Mestrado de Luiza de Azevedo Soares intitulada “A oferta de trabalho voluntário no Brasil”, que aborda o conceito de trabalho voluntário como realização de atividades não remuneradas por indivíduos que doam seu tempo em benefício de outrem, trazendo também um contexto histórico sobre a oferta do trabalho voluntário no Brasil, baseando-se em registros do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A pesquisadora traça, ainda, o perfil desse voluntário que, em sua maioria, são mulheres brancas com nível elevado de escolaridade e residentes em domicílios com número pequeno de pessoas. Ainda segundo ela, a maioria dos voluntários brasileiros estão concentrados no Sudeste e Nordeste do Brasil e grande parcela se dedica a atividades religiosas, serviços educacionais, sociais e da saúde. Boa parte desses voluntários, segundo ela, não possuem renda própria, sendo dependentes de outros membros de seus domicílios.

Outra referência dentro da questão do trabalho voluntário é o artigo de Moura e Souza (2007), intitulado “Elementos do trabalho voluntário na pastoral da criança: características e

⁹ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/456/criador-sociologia-educacao>

motivos”. Nele, as autoras esclarecem sobre o crescimento significativo do trabalho voluntário e da importância social do mesmo, que tem a adesão de indivíduos em busca de valores de cunho particular como o altruísmo e o interesse individual em contribuir, além das razões religiosas, sentimento de culpa, obrigação ou responsabilidade. O voluntariado abordado no artigo é situado no campo da Pastoral da Criança – iniciativa de líderes da igreja católica vinculada à CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil) que tem como objetivo um trabalho baseado na solidariedade e na partilha do saber voltado para o desenvolvimento integral da criança.

E, por fim, fechando, mas não esgotando as referências em torno do assunto “voluntariado”, foi selecionada a Tese de Solange Cristina do Vale (2021), intitulada: “Religiosidade e engajamento no trabalho voluntário”, que faz referência ao terceiro setor e trabalho voluntário em um modelo de religiosidade na Pastoral Juvenil da Igreja Católica. Na tese, o trabalho voluntário é apontado como recurso produtivo apreciado pelas OSFL – Organizações sem fins lucrativos – sem os quais deixariam de funcionar ou reduziriam suas atividades e também compreendido como impregnado de religiosidade e voltado para o cuidado com os pobres e os doentes.

Um pouco sobre o conceito, contexto histórico, objetivos e aplicabilidade das políticas públicas, no cenário nacional, é abordado aqui por meio de publicações e palestras desenvolvidas por Gabriela Spanghero Lotta: Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil; Workshop: Desafios da implementação de políticas públicas em contexto de crise e Desafios para as políticas públicas.

Em relação à Educação Integral, foi utilizado como referência o Anuário da Educação Básica (2019) que, a partir da página 60 nos apresenta um panorama sobre a oferta e adesão à oferta de Educação Integral em território nacional e de como a mesma apresentou considerável queda de matrículas na modalidade a partir do final de 2017 e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, com redução de 34,4% nos iniciais e 30,8%, nos finais. Aponta para a necessidade de evidenciar a reprodução das diversas desigualdades no sistema escolar brasileiro para que se proponha políticas públicas, como as que ofertam a educação integral na busca de uma forma mais equitativa. Sabe-se, contudo, das dificuldades para isso. Como observa Lévi-Strauss, sempre há um desafio imposto por realidades diversas ao educador:

“Seria então preciso que os nossos educadores se improvisassem em etnógrafos de uma sociedade que já não é aquela onde os métodos que eles aprenderam se aplicavam.” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 376)

Ou seja, a partir da discussão de Lévi-Strauss, sugerimos aqui que, se pensadas as várias comunidades escolares, é possível observá-las como fundadas segundo a posse coletiva de uma história, de uma língua, de uma cultura, e até mesmo de solidariedade em larga escala. Falar de educação integral e voluntariado pode promover a “congregação de pequenas solidariedades” em locais variados e parcelados (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 398). O Centro de Referências em Educação Integral traz o conceito de Educação Integral como a responsabilidade da educação em garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural por meio de projetos coletivos que envolvam crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. O Centro de Referências esclarece que a Educação Integral é uma proposta contemporânea voltada para as demandas do século XXI, com foco na formação do sujeito crítico, autônomo, responsável consigo mesmo e com o mundo.

Considerada inclusiva por reconhecer a singularidade, as múltiplas identidades e se firmar na construção de um projeto educativo para todos e todas, de forma contextualizada e de interação permanente entre o aprendizado e a prática. É promotora da equidade, por meio do reconhecimento do direito de aprendizagem e de acesso às oportunidades educativas diferenciadas por meio da interação com as múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes, entre outros. Ainda segundo o Centro de referências, no contexto da Educação integral, a escola se converte no espaço que assegura a todos a garantia da Educação Integral, assumindo o papel de articuladora das experiências educativas vividas dentro e fora dela.

Ainda sobre a temática da educação integral utilizou-se como o referencial o artigo de Thiago Dutra e Jaqueline Moll, 2018, publicado na Revista Prática Docente, intitulado “A Educação Integral no Brasil: Uma Análise Histórico-Sociológica, onde desenvolvem narrativas sobre a perspectiva contemporânea da educação integral e o direito a ela por todo cidadão brasileiro e, ainda, traçam uma linha histórica da educação no Brasil (segundo os autores, de pouca preocupação com a mesma), passando pela garantia firmada pela oferta da educação integral, enquanto direito do cidadão, as experiências educacionais que se aproximavam desse objetivo e o mapeamento dos avanços e retrocessos ocorridos até o ano de 2016.

Enfim, a referência citada dá conta de situar o leitor e a pesquisadora nas ideias e estruturas das propostas políticas que abarcam a ideia de Educação Integral, discorrendo ainda sobre as múltiplas formas de aprendizagens e pluralidade de métodos, o reconhecimento do educando como sujeito de direitos, como atores sociais criadores e produtores de cultura, entre outros.

Em relação à fundamentação da questão sobre a educação em tempo integral, a pesquisa se fundamenta teoricamente nas ideias difundidas por Gesuína de Fátima Elias Leclerc e Jaqueline Moll, (idealizadora do Programa Mais Educação¹⁰) que, por meio do artigo intitulado “Educação Integrada em Jornada Diária Aplicada: Universalidade e Obrigatoriedade?” nos falam do Programa Mais Educação como estratégia governamental para a inclusão de uma política de educação integral em âmbito nacional. Para tanto, nos situam na legislação de criação do mesmo, bem como as que garantiram o funcionamento e o esclarecimento de que o programa se refere à proposta de educação integral destinado à formação do educando em sua integralidade e afirmando sobre a obrigatoriedade do tempo integral ser garantido pelo estado e indicado pela legislação brasileira, como por exemplo, a LDB – Lei de Diretrizes e Base e nos esclarecem, ainda, sobre o fato de que a ampliação do tempo por si só não é garantia de oferta de educação integral.

Não se trata apenas de ampliar o tempo e repetir os mesmos métodos, explica. “Isso é fazer mais do mesmo”. Tampouco de criar atividades em contraturnos, ou seja, desenvolver exercícios à parte das aulas. É realmente pensar e aplicar uma reestruturação que rompa com o esquema engessado de períodos de 40 e tantos minutos em que o professor entra na sala, passa a matéria, sai, aplica uma prova final e pronto. Não deveriam ser os alunos a se adaptarem a um sistema inflexível de avaliação, pois a diversidade se encontra no lado humano. A estrutura de aprendizagem, portanto, é que precisaria estar pronta para receber uma grande variedade de educandos e suas particularidades. (MOLL, 2017¹¹)

Também é referência a obra de Jaqueline Moll (2012) intitulada: “Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos. Na obra, a autora nos fala da mobilização (de fora) e de recursos em prol da construção de práticas pedagógicas com perspectivas de educação integral que buscam referência na Escola-Parque¹² de Anísio Teixeira e os Centros Integrados de Educação Pública¹³ (CIEP) de Darcy Ribeiro.

¹⁰ Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=8345>

¹¹ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ciencia/jaqueline-moll-e-a-educacao-integral/>

¹² Projeto implantado por Anísio Teixeira em Salvador (BA), quando ocupava a Secretaria de Educação do Estado (1947-1951) no governo de Otávio Mangabeira. A Escola-Parque fazia parte de um ambicioso projeto de reformulação do ensino da Bahia, que previa a construção de centros populares de educação em todo o estado para crianças até 18 anos. O objetivo era fornecer à criança uma educação integral, cuidando da sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o trabalho e cidadania. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/escola-parque/>

¹³ Os CIEPs foram criados na década de 80 por Darcy Ribeiro, quando era Secretário da Educação no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. O objetivo era proporcionar educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas, em instituições colocadas fora da rede educacional regular. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>

Outro referencial teórico aqui apreciado é o artigo de Leclerc e Moll (2012), intitulado: Programa Mais Educação: Avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral. Nele, as autoras compartilham um debate sobre a estratégia de ampliação da jornada escolar com objetivo de fomento da Educação Integral no ensino fundamental por meio do Programa Mais Educação, buscando destacar a quem cabe a oferta da Educação Integral enquanto política pública e explicitando os caminhos que foram percorridos para a implementação do Programa Mais Educação em território nacional.

Antônio Jorge Gonçalves Soares acompanhado dos coautores: Fabio Brandolin e Daniela Potti do Amaral, por meio do artigo intitulado “Desafios e Dificuldades na Implementação do Programa Mais Educação: Percepção dos atores da escola, também fundamentam a referida pesquisa. No texto, nos apresentam uma investigação sobre a implementação do Programa Mais Educação a partir da percepção dos que atuam cotidianamente nas tomadas de decisões dentro do espaço escolar e daqueles que atuam dando corpo aos objetivos dessa política pública do governo federal, observando o enfrentamento de dificuldades no estabelecimento de parcerias com outras instituições para desenvolvimento das atividades do programa e a desvalorização do programa, explicitado por eles como sendo por causa do baixo valor da ajuda de custo.

Enfim, as questões relacionadas principalmente às abordagens voltadas para a Educação Integral e a educação em tempo integral ainda contam com outros trabalhos que fundamentam a pesquisa, oriundos de dissertações e teses de orientandos de Jaqueline de Moll e de Antônio Jorge Gonçalves Soares.

CAPÍTULO II – TEMÁTICAS QUE CIRCUNDAM A PESQUISA. SITUANDO O LEITOR

2.1 – Trabalho voluntário

Segundo Moura e Souza (2007) tem ocorrido um crescimento significativo do trabalho voluntário no Brasil e traços altruístas e afetivos se encontram presentes em tal ação em prol do bem-estar coletivo, elevando o volume de aparecimento de organizações solidárias e sociais. Souza associa esse crescimento ao enfraquecimento do estado de bem-estar social e ao fortalecimento do mercado, que geram desigualdades sociais, precarização do trabalho, desemprego estrutural, dentre outros.

Historicamente, observa-se que a filiação ao trabalho voluntário está atrelada à ideia de valores como altruísmo, interesse individual em contribuir, sociabilidade, questões religiosas, entre outros. Dessa forma, o conceito de trabalho voluntário traz em sua essência o objetivo de utilidade, prazer, da não remuneração, de caráter voluntário, com objetivos exclusivamente voltados para o social e comunitário, sem fins de lucros ou remuneratórios, onde o voluntário tem o objetivo de ajudar aos que necessitam, visando ao bem estar social e a construção de um mundo mais justo e solidário.

O trabalho voluntário no Brasil é regulamentado pela lei 9.608/1998 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19608.htm) – sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001, após a designação do Ano Internacional do Voluntariado pela ONU¹⁴ (Souza, 2007), passando a definir o serviço voluntário como atividade de fins não lucrativos e de objetivos físicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social. É serviço fundamental, por beneficiar milhares de pessoas, demandando dos envolvidos: engajamento, mobilização, uma causa (voltada para mudança e transformação social), recursos a serem aplicados na resolução de problemas por meio do trabalho voluntário em questão e a capacitação dos envolvidos no processo de trabalho dessa modalidade.

Dessa forma, observa-se que o trabalho voluntário, ao menos segundo sua historicidade e criação legislativa para nortear, não possui relação econômico-financeira, tais como: incentivos salariais, premiações e benefícios materiais; tendo como objetivo central, a motivação pela solidariedade, o prazer e a felicidade, em prol da promoção do bem-estar coletivo. Conclui-se, dessa forma, que o trabalho voluntário transforma e estabelece

¹⁴ Organização das Nações Unidas

sustentabilidade social e econômica em realidades locais, observando questões urgentes, planejando e agindo para a mudança positiva na referida realidade.

É um trabalho que não pode ser imposto ou exigido em troca de algum benefício concedido pela entidade ao indivíduo ou familiares deste, tendo que ocorrer de forma gratuita, ser prestado isoladamente pelo indivíduo (e não como subcontratado de uma organização da qual o indivíduo faça parte e seja compelido a prestá-lo), deve ser prestado para entidade governamental ou privada que se apresentem sem fins lucrativos e com objetivos públicos. O ressarcimento para despesas é permitido por lei, se forem autorizadas pela entidade tomadora do serviço e realizadas por meio de notas fiscais e recibos.

Nos artigos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 – do 1º ao 3º - destaca-se que é determinada como trabalho voluntário a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência a pessoa. É um serviço que não deve configurar vínculo empregatício e nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária. Deverá ser celebrado por termo de adesão entre a entidade e o voluntário – onde deve constar o objeto e as condições do exercício. O ressarcimento é restrito às despesas no desempenho das atividades voluntárias – No seu artigo 2º, a lei (9.608) determina que o trabalho voluntário seja exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade receptora (pública ou privada) devendo constar o objeto e as condições de exercício.

O trabalho voluntário está relacionado a um conjunto de ações voltadas para interesses sociais e comunitários que consiste na doação do tempo para a ajuda do outro. Ações governamentais e empresas atuam para que tais valores sociais sejam valorizados no mundo contemporâneo. O serviço voluntário pode ser presencial – de ação contínua ou pontual como grupos educacionais –, assistencialista – que envolve demanda social de urgência, como auxílio a indivíduos em situação de extrema pobreza nas comunidades – e empresarial – por empresas que reúnem colaboradores para apoio a causas sociais, como a capacitação de estudantes de escolas públicas para o mercado. Um dos objetivos da prestação do trabalho voluntário está relacionado a aprender com pessoas, conhecer a realidade social, promover a sensação de bem-estar proporcionada pelas conquistas diárias.

Para muitos, o trabalho voluntário é a primeira oportunidade de atuação de trabalho – como uma forma de estágio, por exemplo, por estudantes em final de curso e que podem destacar a experiência no currículo para apresentação futura a empresas que possuem preferência por candidatos que tenham tido engajamento em algum tipo de atuação voluntária,

por entender que se tratam de futuros profissionais com desenvoltura, proativos, determinados e empáticos.

Para se atuar dentro da lei do voluntariado é preciso a consciência de que o trabalho ali desenvolvido não pode ser imposto ou exigido, tendo como contrapartida o recebimento de algum benefício ao indivíduo voluntário ou à família do mesmo, pois é a doação do serviço em sua completude e estar voltado para objetivos públicos. No entanto, a lei que norteia o trabalho voluntariado autorizou o ressarcimento de despesas incorridas pelo voluntariado, desde que reconhecidas pela entidade tomadora do serviço e realizadas ao longo do desenvolvimento das atividades voluntárias, além de expressas em notas fiscais e recibos.

Segundo o Artigo 1º da lei no. 9.680, de 18 de fevereiro de 1998, o voluntário é aquele que exerce atividade não remunerada, prestada por pessoa física entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Brasil, 1998¹⁵).

A mesma lei indica no artigo 3º que o voluntário poderá ser ressarcido das despesas comprovadas no exercício da atividade, sem que isto implique, como determina o parágrafo único do Art. 1º, em obrigações trabalhistas. O programa PME se utiliza desse enquadramento legal para contratar os voluntários que assumem as oficinas do programa. (SOARES; BRANDOLIN; AMARAL, 2017, P. 1059 - 1079)

No trabalho voluntário, toda atividade desempenhada é revertida a favor do trabalho com objetivos comuns, de acordo com as necessidades básicas de escolaridade, cívica, científica, recreativa, cultural, entre outros. Possui prestígio social, uma vez que o voluntário ajuda a quem precisa e contribui para um mundo mais justo e solidário. O voluntário colabora mais diretamente e enxergam com mais clareza as questões sociais. São diversas as formas de atuação do trabalho voluntário: presenciais, a distância, por participação em campanhas, criação de grupos de apoio ou de suporte, de organização social em projetos públicos, atuações em conselhos e projetos diversos públicos ou privados.

No Brasil, o Dia Nacional do Voluntariado foi instituído em 28 de agosto de 1985 e, internacionalmente, no dia 05 de dezembro do mesmo ano – comemorado pela ONU. O objetivo da comemoração é o de reconhecer e destacar a ação daqueles que doam o tempo, a mão de obra e o talento para causas de interesses voltados para o bem social e o bem da comunidade.

O voluntário que atua no cenário educacional possui a missão de transmitir valores voltados para a cidadania e a solidariedade, por meio da prática social. Trata-se da busca pela

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm

solução de problemas de toda ordem (social, educacional, transporte, habitação, lazer, ambiental, entre outros), cooperando – o voluntário – com a experiência formativa da vida do indivíduo, integrando saberes escolares e o desenvolvimento de práticas sociais (previsto pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – de número 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 1º determina que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Do ponto de vista religioso, o trabalho voluntário é entendido como uma atividade altruísta de valor moral que imprime virtude ao indivíduo doador do trabalho e que salva a sua alma e pressupõe valores que irão zelar pela manutenção da ordem social e do progresso, tido como um potencial transformador para o crescimento do indivíduo.

2.2 – Políticas públicas

O campo das políticas públicas tem ganhado força no Brasil desde 2010, ainda que tenha mais de quatro décadas, quando se leva em conta o cenário internacional. É conceito amplo e recente nas políticas públicas em território nacional. Tais políticas são atravessadas pelos campos da Economia, Administração, Direito e Ciências Sociais. As políticas sociais são as que mais se aproximam da vida cotidiana, dentre elas estão a saúde, a educação, o saneamento básico, o transporte, a segurança, entre outros.

Por volta da metade do século XX, a produção acadêmica norte-americana e europeia se interessou em compreender e registrar sobre estudos que tinham por objetivo a análise e explicação do papel do Estado em relação aos impactos e regulação dos aspectos sociais diversos pelas suas instituições administrativas, fazendo uma mediação da relação entre Estado e sociedade (Centro de Liderança Pública. 04/02/2019¹⁶).

No livro intitulado: “Teorias e análises sobre implementação de Políticas Públicas no Brasil”, Gabriela Lotta, desenvolve uma junção de discussões ocorridas no I Seminário Nacional de Políticas Públicas de 2018, organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública da Universidade Federal do ABC (UFABC) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em Brasília.

¹⁶ Disponível em: https://www.clp.org.br/entendendo-os-conceitos-basicos-mlg2-de-politicas-publicasmlg2/?gclid=Cj0KCQjwz96WBhC8ARIsAATR250X4JQVvxH4YY47QDb_wPcZd4b7GCUkG5mRg-Gzw2O3E99wZl6wUsaApgOEALw_wcB

No primeiro capítulo do livro, Lotta traça uma trajetória espacial e temporal sobre as obras literárias que abordam estudos de implementação de políticas públicas, apresentando recortes teóricos, metodológicos e temáticos, além dos pressupostos e objetos analíticos de auxílio e aprimoramento das investigações sobre as implementações. Evidencia, também, o progresso alcançado pela literatura nessa área, cuja aplicação traz benefícios para políticas públicas diversas.

No Workshop intitulado “Desafios para implementação de políticas públicas em contextos de crise”, ocorrido em 24 de novembro de 2021¹⁷, Gabriela Lotta discorre sobre a importância da ação do Estado em prol da transformação da realidade e de como tais ações são desenvolvidas por meio da implementação de políticas públicas propostas a partir do estudo das demandas, esclarecendo que não basta que se proponha tais políticas – que não se transformam em realidade automaticamente –, sendo necessária a observação e interpretação das necessidades para que se invista nas adaptações adequadas e se aposte na implementação sobre a realidade concreta apresentada, adaptando-as para cada demanda ou contexto encontrado – que é imprevisível.

Gabriela Lotta destaca pontos que devem ser levados em conta quando se propõe a implementação de políticas públicas, tais como: a observação entre o que é determinado por lei e o que se encontra na realidade; a dependência do contexto onde as políticas irão atuar; as parcerias com as múltiplas agências e atores (entre os órgãos federal, estadual, municipal e outros); o público que receberá os serviços; burocratas de médio escalão (diretores) que organizarão os serviços; burocratas de nível de rua (os que estão na linha de frente: professores, profissionais da saúde) que fazem atendimento direto ao público. Para tanto, é importante que se aposte em melhorias na implementação dessas políticas e na gestão da implementação por meio de diretrizes, formação e capacitação para quem está na ponta da implementação.

Ainda para Lotta, gerir a implementação é desenhar procedimentos e protocolos que objetivam dar direcionamento e esclarecimentos sobre o funcionamento dos serviços; comunicar o que foi desenhado; apresentar os procedimentos e protocolos com linguagem de fácil entendimento, para que sejam transformados em prática; gerenciar pessoas por meio de seleção, formação e capacitação de bons tomadores de decisão; monitorar as ações desenvolvidas por meio de feedbacks, verificando se tudo está acontecendo como se propôs e

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xdkB3fx1pos>

avaliar as críticas por meio do preenchimento de informações para monitoramento, com retorno para quem preenche.

Já em seminário ocorrido na Escola de Governo do Estado de São Paulo, em 2017, intitulado: “Desafios para as Políticas Públicas”, Lotta nos apresenta um pouco de como as ideias de implementação de políticas públicas evoluíram no Brasil e no mundo, iniciando pela crise do Estado nos anos 60 e 70 – que nos levou a um conjunto de soluções sobre a Reforma do Estado dos anos 90. Passa pelos anos 70 e 80, onde ocorreram muitas reflexões, mudanças econômicas e políticas: globalização, competitividade das organizações, mercado voltado para o internacional e as tecnologias da informação (TIs). Aponta para o fato de que todos esses acontecimentos trouxeram uma nova realidade de constantes inovações: necessidade de mão de obra mais especializada (capaz de operar máquinas e gerar inovações internas); a necessidade de se produzir serviços e não mais (ou apenas) produtos; a importância de se conquistar o cliente; entender a demanda do recebedor do serviço e customizar o padrão ofertado.

A autora chama atenção para o fato de que ocorreram mudanças, também, no mundo da administração pública, no que se refere ao perfil do público: conectado, exigente por demandas diferentes a serem cumpridas, passando a cobrar mais do governo no que se refere a padrões de qualidade. Caso o governo deixe de cumprir, passa a sofrer questionamentos. Tais exigências perpassaram décadas até os dias atuais e se tornaram ainda mais constantes no que se refere à garantia de qualidade.

Lotta nos apresenta um cenário no Brasil, a partir dos anos 80, que se inicia pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que trazia uma ideia de redemocratização política (a volta dos direitos políticos em território brasileiro), propondo ao Estado um desenho de políticas públicas ainda não experimentado no Brasil, com garantia de direitos para todos – instalação da ideia de bem estar social. Tal constituição radicaliza a ideia de democracia (direta ou participativa): conferências, conselhos, audiências públicas, plano participativo, orçamento participativo, entre outros. Os processos decisórios passam a ser mais demorados, porém com mais riquezas de resultados e de cidadania, embarcando mais nas demandas e diversidades de necessidades. A Constituição cria, ainda, modelo diferente de federalismo com garantia de autonomia entre municípios, estados e governo federal; as instituições de controle (tribunais de conta, controladorias, fortalecimento do Ministério Público, advocacias, entre outros); garantia do direito à adversidade e obrigatoriedade dos instrumentos de planejamento.

Todas essas ações foram fundamentais para a chegada, no cenário atual, da implementação de políticas públicas que compreendam que problemas complexos pressupõem políticas complexas, com o entendimento de que os problemas não são resolvidos apenas por meio de propostas simples e diretas (violência não se resolve apenas com prisões; problemas da educação não são resolvidos apenas com construções de escolas; assim como os problemas de saúde não são resolvidos somente com construções de unidades básicas com médicos atendendo). As soluções complexas são intersetoriais, onde é fundamental pensar nas ações que envolvem o problema diagnosticado, como por exemplo, o ato de pensar na saúde envolve levar em conta a educação, o saneamento, entre outros. Se o Estado quer fazer sentido e usar bem o dinheiro, deve investir em melhoria da vida das pessoas.

Com o aprofundamento da democracia, as responsabilidades dos governantes se diversificaram e o bem estar da sociedade é esperado que esteja no topo das prioridades, quando o assunto é a implementação de políticas pública e que devem contar com ações bem desenvolvidas e executadas em todas as áreas frequentadas pela sociedade: saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte, segurança, entre outros.

2.3 – Educação Integral

A educação integral é entendida como condição básica para uma formação com qualidade e articulada à necessidade de proteção integral, atrelada à urgência de enfrentar as profundas desigualdades e os processos de exclusão social que atingem amplos contingentes de crianças, adolescentes e jovens oriundos das classes trabalhadoras. É fruto de um debate entre poder público, comunidade escolar e sociedade civil que firmaram compromisso coletivo baseado na LDB – Lei 9394/96 – com a criação de um projeto que estimule o respeito aos direitos humanos, o exercício da democracia e a pluralidade dos saberes.

Quando se fala em origem da concepção da ideia de educação integral, não se pode ignorar a atuação do suíço Édouard Claparède – mestre de Jean Piaget, Célestin Freinet, Anísio Teixeira, Paulo Freire e Darcy Ribeiro (Gadotti, 2010). É uma concepção de educação da formação humana em suas múltiplas dimensões, onde os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética e estética.

As leis foram inspiradas nas ideias de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, e a base teórica da perspectiva contemporânea de educação integral conta com contribuições dos estudos de Heidegger, Snyders, Makarenko, Mafesoli, Milton Santos, Deleuze, Spinoza, Tardif, entre outros. (DURA; MOLL, 2018, p.817)

A educação em uma concepção integral de processo pedagógico reconhece os saberes formais e não formais, além dos saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças. A ampliação do horário surgiu como uma estratégia de garantia dessa educação integral, buscando, dessa forma, a diminuição das diferenças de desempenhos por redes de um mesmo sistema e está prevista na LDB que em seus artigos 34 e 86 fazem apontamentos sobre a implementação progressiva de jornada diária estendida – tempo integral – nas escolas de ensino fundamental (Dutra e Moll, 2018)

É pressuposto, pelo conceito de educação integral, que a mesma deve garantir o desenvolvimento dos indivíduos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural e que essa educação possa se constituir em projeto coletivo a ser compartilhado com crianças, educadores, gestores e comunidades locais. É uma concepção contemporânea por se alinhar às demandas do século XXI e ter como foco a formação do sujeito crítico, autônomo, responsável consigo e com o mundo a sua volta.

O ECA reforça a perspectiva de educação integral em alguns artigos, por exemplo, ao versar sobre a importância de aprender em outros espaços que não sejam no âmbito da escola. No artigo 53 é apontado o direito de toda criança e adolescente à uma educação que foque no seu desenvolvimento pleno, direcionado para a vida e para a prática da cidadania, o qualificando assim para as demandas sociais contemporâneas e para o mundo do trabalho atual. O artigo 59 diz que municípios, estados e União devem facilitar recursos e estimular o acesso à espaços culturais, esportivos e de lazer. (DUTRA; MOLL, 2018, P.816)

Trata-se de uma educação inclusiva porque reconhece a singularidade dos indivíduos e suas múltiplas identidades, além de possuir um apelo de construção de projeto educativo que contemple a todos e todas. É também atrelada à ideia de sustentabilidade por se comprometer com processos educativos contextualizados e com fins de promoção da interação permanente. Promove, ainda, a equidade por reconhecer o direito de acesso de oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas para todos, por meio da interação com múltiplas linguagens, recursos e espaços diversos que se apresenta como condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades na área educacional.

No âmbito da educação integral, a escola passa a ser um espaço essencial de garantia da formação integral do discente, assumindo o papel de articuladora das inúmeras experiências educativas vividas dentro e fora da escola pelos alunos, onde todas as dimensões do projeto político pedagógico estejam focados na avaliação e reorientação dos elementos – currículo, práticas educativas, recursos, agentes educativos, espaços, tempos, entre outros – a

partir do contexto, dos interesses, necessidades de aprendizagem, desenvolvimento e perspectivas voltados para o futuro dos indivíduos a serem formados.

“Quando falamos de Educação Integral, apontamos para uma formação humana nas diferentes dimensões do sujeito, sempre como um horizonte utópico para o qual caminhamos.” (MOLL et al, 2020, p.2099)

Para tanto, é necessário que os educadores sejam detentores de amplo conhecimento das múltiplas formas de apreensão do conhecimento pelos educandos, contemplando a singularidade de cada indivíduo, na construção do seu percurso formativo, para que os mesmos possam colocar em prática todo o conhecimento adquirido a partir de suas necessidades, interesses e objetivos individuais e sociais.

Em uma proposta de educação integral, as crianças e jovens são reconhecidos como sujeitos de direitos e atores sociais com capacidade de expressão e linguagem singular, criadores e produtores de culturas próprias desenvolvidas por meio da interação com os pares e por meio do intercâmbio entre gerações. Há, ainda, a oportunidade de ampliação de tempo e espaço para a livre criação de culturas e valorização dos saberes, dos fazeres e dos sentimentos, garantindo o desenvolvimento intelectual, social, emocional, físico e cultural do sujeito. Dessa forma, saberes acadêmicos se entrelaçam aos saberes dos discentes, da comunidade, dialogando com diferentes linguagens e compondo experiências formativas que integram o conhecimento corporal com as emoções, relações e códigos socioculturais. Para tanto, ocorre o rompimento com a fragmentação das disciplinas, dando sentido às trajetórias, experiências e relações dos sujeitos envolvidos no processo educacional, sustentando a premissa de que todos os cidadãos são capazes de aprender. Para tanto, são propostas estratégias claras em suas intencionalidades pedagógicas e um planejamento integral voltado para objetivos e metas de aprendizagens bem definidos.

Uma proposta de educação integral deve respeitar todas as diferenças representadas pelas diferenças étnico-raciais, condição econômica, origem geográfica, orientação sexual, religiosa, entre outras, abolindo barreiras arquitetônicas, políticas, atitudinais e culturais, tornando todos os espaços inclusivos, onde a diversidade se constitua em oportunidade de desenvolvimento.

Em um contexto de educação integral, é fundamental a garantia da gestão democrática que garanta o processo educativo de fato orientado pelo contexto, interesses e necessidades da aprendizagem de fato e o desenvolvimento pleno dos alunos. Por meio da gestão democrática pode-se garantir que o Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino seja construído

e acompanhado pela comunidade e que esteja voltado para o permanente acompanhamento das ações e dos resultados de forma coletiva.

Para que a escola possa garantir a Educação Integral, o tempo de horas diárias que caracteriza a média da jornada escolar brasileira se mostra insuficiente – segundo Jaqueline Moll e autores diversos, o tempo do ensino regular não comportava a formação do aluno da classe popular, no conhecimento da cultura, da arte, entre outros. Dessa forma, para a educação integral em tempo integral seria fundamental a ampliação da jornada para um período entre sete e nove horas diárias e deve ser definida de acordo com os contextos locais e as necessidades dos alunos em cada etapa, sem perder de vista a importância de que os alunos tenham acesso a diferentes interações mediadas pela escola. A partir da ampliação do tempo, é possível combinar aulas de 45 ou 50 minutos com tempos mais extensos, desenvolver práticas educativas inovadoras e inclusivas baseadas em projetos, experimentações, grupos interativos, desenvolver atividades que aconteçam em diferentes espaços da escola ou do território, integrar espaços e agentes das comunidades ao cotidiano dos alunos. Espaços educativos tradicionais, como a sala de aula, deixam de ser considerados como os únicos espaços de aprendizagem. Todos os espaços (escolares e não escolares) têm potencial educativo reconhecido e devem ser integrados de forma planejada, na perspectiva de assegurar interações significativas que garantam o aprendizado e o desenvolvimento.

2.4 – O Programa Mais Educação: uma investida na ampliação da jornada escolar

Em tempos de crise, de mudanças, de consumada universalização do Ensino Fundamental, de um processo de democratização da gestão da escola pública, da idealização de uma escola inclusiva e de qualidade para todos e, ao mesmo tempo, com diagnósticos de graves problemas nos índices medidos por inúmeras avaliações do desenvolvimento da alfabetização no país que, ainda que demonstrasse alguma evolução – segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), apresentava (em 2007) um índice de 32% de analfabetos funcionais, com idades entre 15 e 64 anos e 7% de analfabetos absolutos – a busca por melhorias nos quadros de reprovação, com redução do fracasso escolar, segue sendo o grande desafio dos governos.

Com as perdas na evolução educacional ao longo da pandemia, essas buscas ou propostas serão ainda mais urgentes. Para tanto, é constante a necessidade de investimentos em ações que procurem atacar, também, os problemas de violência física e moral, sofridos pelas nossas crianças – frutos de famílias pobres, que acabam passando o maior tempo nas ruas em busca de sobrevivência e tendo nessa a única fonte de socialização. Para tal

(explicitado pelos objetivos do PME), o governo optou por investir em um programa de educação integral de crianças, adolescentes e jovens, intitulado Mais Educação (Portal MEC – Ministério da Educação e Cultura¹⁸) que, posteriormente, foi financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) que, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), propunha a ampliação da jornada escolar, por um período de, pelo menos, sete horas diárias no programa Mais Educação.

A imagem dos gestores é que, para muitas famílias, o PME significa proteção e acolhimento de filhos que poderiam ficar desamparados à própria sorte em suas comunidades. As diretoras, coordenadoras e monitores indicam, em suas falas, que a função do programa está alinhada à proteção das crianças em situação de vulnerabilidade social. (SOARES; BRANDOLIN; AMARAL, 2017, P. 1059 - 1079)

“A velha imagem que a rua é o local de perigo e de exposição a riscos para as crianças parece, por si só, justificar o programa nas falas dos seus implementadores.” (Ibid., 2017)

Inicialmente, o programa desenvolvia um conjunto de atividades articuladas ao projeto da escola, como: educação ambiental, esporte, cultura e lazer; com auxílio de órgãos como: o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Cultura (MINC), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Esporte (ME), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Presidência da República (PR) (Portal MEC – Ministério da Educação e Cultura).

Além de ampliar a jornada escolar, o Programa Mais Educação (PME) focou na reorganização do currículo escolar, objetivando estabelecer uma relação de conexão entre as áreas do saber: cidadania, meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica. Um outro foco do programa esteve relacionado à integração das escolas ao território na perspectiva das comunidades e ampliação da interação entre estudantes e oportunidades educativas, segundo Jaqueline Moll. Foi uma forma de concretização do PDE (Plano de Desenvolvimento em Educação) em relação à ampliação da jornada escolar e a reorganização do currículo, com vistas à educação integral, coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), criado pela Portaria Interministerial de nº 17/2007, iniciado em 2008, com atendimento inicial de 1.380 escolas de 55 municípios em 27 estados, alcançando

¹⁸“O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.”

386 mil estudantes. Em 2015 (ano em que o programa foi substituído por uma proposta totalmente diferente, intitulada Novo Mais Educação), o PME havia alcançado 51.440 escolas dos 26 estados e Distrito Federal (Portal MEC – Ministério da Educação e Cultura)

Para Jaqueline Moll, o PME foi a materialização e fortalecimento de uma prática de educação integral que partiu por meio da construção de um campo de debate que buscou significar, compreender e construir ações que propusessem educar integralmente, tendo o desenvolvimento humano como horizonte, buscando desenvolver nele as suas potencialidades em prol de uma evolução plena em conexão com as diversas dimensões do sujeito: cognitiva, ética, afetiva, social, lúdica, estética, física, biológica. Ainda segundo ela, era preciso ir para além dos prós e os contras em prol da compreensão das práticas, ainda que por meio de projetos de ampliação do tempo escolar com objetivos de desenvolvimento da educação de formação do sujeito em sua integralidade.

2.5– Breve contextualização histórica sobre a educação em tempo integral no Brasil

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – já previa, nos artigos 34 e 87, o aumento progressivo da jornada escolar e a valorização das experiências extraescolares (Art. 3º, inciso X). O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) citava a importância da formação integral da criança e do adolescente. Fato já era que a escola pública apresentava graves deficiências e problemas de qualidade nas avaliações que ocorriam em 2008, no que se referia à defasagem ano/série e dificuldades no processo de alfabetização, o que apontava para a necessidade de melhorias nos anos iniciais.

O FUNDEB – Fundo Nacional de Educação Básica – alavancou o crescimento das matrículas em tempo integral nos últimos anos, pelo acréscimo de 25% do valor de repasse por matrícula em 7 horas ou mais e pelo lançamento do Programa Mais Educação pelo governo federal, a partir de 2007, com o objetivo de conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal e municípios, familiar e comunidade em prol de assegurar a educação básica, por meio de diretrizes voltadas para a ampliação do tempo escolar (Art. 2º). O PNE – Plano Nacional de Educação – em sua meta 6, previu a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas e de forma a atender 25% dos alunos da educação básica. O mesmo propôs as seguintes estratégias: 7 horas diárias ou mais (com repasse adequado pelo FUNDEB) e ampliação progressiva da jornada dos professores em uma única escola; programa de construção de escolas adequadas ao atendimento do tempo integral em áreas carentes; produção de material didático e de recursos humanos adequados à proposta da educação em tempo integral; a articulação da escola com outros espaços educativos, culturais

e esportivos: centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus; ampliação da jornada escolar por meio da oferta por parte das entidades privadas de serviço social; gratuidade e isenção de impostos a entidades beneficentes que propõem atividades de ampliação da jornada escolar; oferta de tempo integral para as escolas de campo, indígenas ou quilombolas; garantia de educação integral para pessoas com deficiência de 4 a 17 anos com atendimento especializado; expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinando com atividades recreativas, esportivas e culturais.

O PME foi iniciado como um programa de indução de tempo integral com vistas à oferta da educação integral na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad. Além de propor uma formação integral do aluno por meio da oferta de macrocampos em extensão de horário (contraturno escolar) tinha também o objetivo de sanar questões pedagógicas da aprendizagem, além de um caráter assistencialista: alimentação, proteção das situações de vulnerabilidades social, por meio da previsão de atividades socioeducativas no contraturno escolar.

Dessa forma, o PME foi ofertado, inicialmente, apenas para escolas localizadas em capitais e regiões metropolitanas, com IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) baixo, tendo sido ampliado posteriormente para outras cidades com população menor e do interior. A adesão das escolas a partir de 2011 passou a ocorrer de forma voluntária e 15 mil escolas se envolveram, o que acarretou no atendimento de três milhões de estudantes de aproximadamente 400 cidades. Dessa forma, o Governo Federal iniciou os repasses de recursos por meio do PDDE, do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), para o ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio às atividades propostas (Portal MEC – Ministério da Educação e Cultura)

Indicadores demonstravam a urgência de avanços no acesso e manutenção das escolas. No ano de 2008, ainda havia em torno de 680 mil crianças que não tinham acesso ao estudo no Brasil (Global Monitoring Report – Unesco 2011). Ao se considerar o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), o país se encontrava em 29º lugar em Matemática e 20º em Ciências. Com a inclusão das escolas públicas no cálculo, num ranking de 65 países avaliados, o Brasil ficou em 53º posição geral – de 2006 a 2009.

O FUNDEB – Fundo Nacional de Educação Básica – aprovado em 2007, já estabelecia o financiamento para matrículas em Tempo Integral¹⁹ que fossem contabilizadas

¹⁹ Tempo integral era o conceito de matrículas em turno escolar de duração igual ou superior a 7 horas diárias já estabelecido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) nº 9495/96, preconizando a progressiva ampliação da jornada escolar.

por meio do Censo Escolar realizado pelo INEP – Instituto Nacional de Ensino Público. O programa Mais Educação – uma estratégia do MEC para a indução da ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral - teve seu início em 2008, atingindo mais de 15 mil escolas e centenas de municípios e foi instituído pela Portaria Ministerial N° 17/2007 e depois regulamentado pelo Decreto 7.083/2010, , com participação das escolas das redes públicas estaduais, municipais e federais que aderiram ao programa e desenvolveram suas atividades no contraturno em diversos macrocampos: acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outros (Decreto 7.083\2010). Em 2008, o programa atingiu 1.380 escolas, 54 municípios e Distrito Federal, 2,8 milhões de estudantes e um orçamento de R\$574 milhões (Portal MEC – Ministério da Educação e Cultura), chegando a 2012 com mais de 32 mil escolas atendidas pelo programa. Segue, abaixo, uma tabela da evolução das matrículas de educação integral no ensino fundamental, no Brasil.

Tabela 2 – Quantitativo de matrículas em educação integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e II, de 2008 a 2010.

ANO	NÚMERO DE ESTUDANTES
2008	386 mil
2009	1,5 milhão
2010	2,3 milhões

Fonte: Portal Mec – Ministério da Educação e Cultura

Tabela 3 – Quantitativo de matrículas em educação integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I e II, de 2011 a 2018.

ANO	NÚMERO DE ESTUDANTES
2011	2.958.840 milhões
2012	3.484.219 milhões
2013	4.567.186 milhões
2014	5,930.591 milhões
2015	6.153.170 milhões
2016	4,078.234 milhões
2017	5.470.106 milhões
2018	4.234.699 milhões

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2017

Na perspectiva da educação integral, o PME buscou articular as disciplinas curriculares com diferentes campos do conhecimento e as atividades socioculturais e integrando espaços escolares com outros espaços (centros comunitários, bibliotecas públicas, entre outros), integrando políticas educacionais e sociais em interlocução com as comunidades escolares, incentivando a criação de espaços educadores sustentáveis, a inserção de temáticas de sustentabilidade ambiental, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a articulação entre os sistemas de ensino, universidades e escolas, assegurando a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica, a formação inicial e continuada dos profissionais, no campo da educação integral.

O PME se utilizou da lei para contratar voluntários para o trabalho nas atividades do programa: Artigo 1º da lei 9.680 de 18 de fevereiro de 1998 que estabelece que o voluntário é aquele que exerce atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou à instituição privada de fins não lucrativos ou de assistência social; Artigo 3º da lei 9.680 que diz que o voluntário poderá ser ressarcido das despesas comprovadas no exercício da atividade, sem que implique em despesas comprovadas no exercício da atividade e sem obrigações trabalhistas – determinado pelo parágrafo único do Art. 1º. A Direção da unidade escolar procedia a contratação dos voluntários por meio de uma

análise de condições que os tornavam aptos a trabalharem nas oficinas. A partir de 2013, os grupos de atividades foram revisados e rearranjados. O acompanhamento dos alunos participantes passa a poder ser realizado por profissionais da educação, educadores populares, estudantes e agentes culturais – monitores, estudantes universitários com formação específica nos macrocampos, observando-se a lei 9,608/1998 que dispõe sobre o serviço voluntário.

O Programa Mais Educação se tornou uma das mais conhecidas iniciativas de implementação de um sistema público de escolas, com a finalidade de promover uma educação escolar em tempo integral, consubstanciada em uma formação completa do estudante inspirada em concepções pedagógicas (Dutra e Moll, 2018) como: as Escolas-Parque de Anísio Teixeira (nos anos 50, que nasceram na Bahia e se ampliaram ao longo da década de 60 em Brasília; os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), concebidos por Darcy Ribeiro e implementados por Leonel de Moura Brizola, no Rio de Janeiro (nas décadas de 80 a 90 do século XX); Os CAICs (Centros de Atenção Integral às Crianças) – foi uma retomada do projeto implementado por Brizola, com nova roupagem, retomado por Fernando Collor de Mello (1990-1992) e mantido por Itamar Franco, que alterou o nome para Centros Educacionais Unificados (CEUs) – São Paulo 2000; Escolas de Período Integral (EPIs) em Santa Catarina.

O Brasil tem um histórico de práticas educacionais que se preocuparam com o aumento da carga horária do ensino público, as Escolas-Parque de Anísio Teixeira e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's) de Darcy Ribeiro são referência nesse sentido. (Dutra e Moll, 2018, P.820)

Mais recentemente, conceitos como: Escola Cidadã, Mundo Educador (ampliação do conceito de Cidade Educadora) e Bairro Escola, entre outros, têm influenciado novos projetos de escola em tempo integral no Brasil. Jaqueline Moll acreditava que o PME surgia como uma consolidação de uma política pública irreversível na educação brasileira rumo à progressiva expansão e reorganização do tempo escolar, além da progressiva inclusão dos estudantes em processos educativos escolares com perspectivas de uma formação integral dos mesmos.

2.6 – Objetivos do Programa Mais Educação

O que se esperou do Programa Mais Educação é que o mesmo pudesse alcançar os seguintes objetivos: (Série Mais Educação/ Rede de Saberes, 2009²⁰ e Portal Mec²¹)

- Formulação política nacional de educação básica em tempo integral;
- Promoção de diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;
- Extensão da jornada escolar (tempo integral/ educação integral);
- Combate ao trabalho infantil, à exploração sexual e outras formas de violência;
- Desenvolvimento de habilidades cognitivas;
- Promoção da cultura e da prática esportiva;
- Aproximação da família, escola e comunidade;
- Favorecimento da convivência entre professores, alunos e suas comunidades;
- Disseminação de experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral;
- Conversão de políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade e para o Projeto Político Pedagógico de educação integral;
- Reconhecimento de que o desenvolvimento nacional da educação é o eixo estrutural da ação do estado, com foco na erradicação da pobreza e da marginalização;
- Contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos;
- A iniciativa de qualificar, melhorar o ensino fundamental, a aprendizagem como um todo – desafio contemporâneo no cenário nacional – por meio da oferta da educação integral em um programa de educação em tempo integral;
- Prioridade para alunos em exposição e situação de risco e vulnerabilidade social, alunos com perfil de lideranças positivas, alunos em defasagem série/idade, alunos dos anos onde há mais evasão, abandono ou repetência (orientação do MEC);
- Ampliação do leque de experiências escolares através da articulação com outras instituições para o desenvolvimento de atividades diversas no contraturno – fundamentado na concepção de Cidade Educadora, cujos princípios orientadores estão reunidos na Carta de

²⁰

Disponível

em:

chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf

²¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32787-mais-educacao?start=100>

Barcelona, entre os quais a educação não deve ser vista como de responsabilidade apenas da comunidade escolar;

- Extensão da jornada escolar (tempo integral/educação integral).

2.7 – Um resumo sobre o funcionamento do Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi conduzido pela SEB – Secretaria de Educação Básica, através do PDDE do FNDE; Organizado em 7 macrocampos de diferentes atividades/disciplinas para escolas urbanas e rurais (consta no manual operacional de educação integral), que foram: acompanhamento pedagógico, Comunicação: uso de mídias e cultura digital e tecnológica, Cultura, artes e educação patrimonial, Educação ambiental, desenvolvimento sustentável, economia solidária e criativa, educação financeira e fiscal. Esporte e lazer, Educação em direitos humanos e promoção da saúde. As turmas podiam ser montadas com até 30 alunos (com número máximo de 150). A orientação era a de que as aulas de Orientação de Estudos e Leitura contassem com até 15 alunos e de que as turmas fossem heterogêneas (faixa etária e anos escolares diferenciados). As atividades eram selecionadas de acordo com orientação do MEC, totalizando 4 atividades de diferentes macrocampos que poderiam acontecer dentro ou fora da escola – parcerias com entidades civis ou públicas/privadas. A Orientação de Estudos e Leitura eram itens obrigatórios (do macrocampo acompanhamento pedagógico).

O PME não estimou previsão orçamentária para investimento em melhorias ou ampliação da infraestrutura escolar; não exigiu formação específica para a mão de obra do monitor voluntário – Manual operacional de Educação Integral indica que preferencialmente estivesse cursando nível superior equivalente ao macrocampo onde atuará. Propôs o pagamento de 80,00 por turma (em escolas urbanas) e de 120,00 por turma (em escolas rurais) e assinatura de termo de compromisso com base em dispositivos legais do voluntariado que previa que os valores pagos eram destinados ao ressarcimento com transporte e alimentação do voluntariado. Previu uma Coordenação por professor comunitário de 40 horas na rede de ensino e um responsável pedagógico e administrativo do programa com custos pela entidade executora (EEX). A gestão e execução do PME pela SME – Secretaria Municipal de Educação – recebia apoio de órgãos públicos de diversos setores: esporte, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente e juventude. A SME nomeava pessoa responsável em coordenar o PME nas escolas participantes da rede de ensino e investigar como os envolvidos com o PME estavam conduzindo a implementação do programa nas escolas.

2.8 – Sobre resultados expressos por outros pesquisadores relativos ao PME

2.8.1 – Pontos negativos encontrados:

- A estrutura física das escolas se apresenta como impossibilidades para o desenvolvimento das atividades;
- O baixo valor de ressarcimento aos monitores (não leva em conta a função de responsabilidade) que é definido como auxílio para transporte e alimentação – dentro da lei de prestação de serviço voluntário – acaba por produzir uma grande rotatividade do voluntário que, ao encontrar emprego com remuneração de trabalho, pedem desligamento do programa;
- Falta de oferta efetiva de formação para os monitores que atuam nos programas.

2.8.2 – Pontos positivos encontrados:

- O programa contribui para a melhoria da aprendizagem, redução da evasão e repetência;
- Evita a exposição de alunos à situação de risco;
- Atua no desenvolvimento das questões comportamentais e socioafetivas dos alunos.

Na pesquisa aqui em questão, observa-se, também, a presença dos referidos pontos positivos e negativos, uma vez que se pode inferir, através do posicionamento dos trabalhadores voluntários, que a situação de assistencialismo que se apresenta no Programa Mais Educação é vista como ponto positivo por esses monitores devido ao programa prestar auxílio às crianças oriundas de famílias que não possuem condições de mantê-las distantes de situações de vulnerabilidade e de garantias alimentares. Observa-se, ainda, como positivo para o voluntariado, o fato de que a atuação deles ao complementarem os ensinamentos dos professores efetivos resulta em melhoria de aprendizagem verificada nos resultados avaliativos. Um ponto negativo de forte relato é a falta do vínculo do monitor com o programa – o mesmo assume o trabalho voluntário, recebendo auxílio para transporte e alimentação – gerando a rotatividade do monitor, que acaba por desistir do programa por necessidade de algo que possa garantir ganho para sustento próprio, da família ou investimento na formação. Soares, Brandolin e Amaral (2027) apresentam conclusões que corroboram com os apontamentos apresentados na pesquisa:

A ampliação da jornada escolar se mostrou útil e compreensível por seu caráter assistencialista e não pela ampliação das oportunidades formativas para os alunos atendidos que estão em desvantagem social

e cultural. (SOARES; BRANDOLIN; AMARAL, 2017, P. 1059 - 1079)

“Todavia, a ideia de ressarcimento das despesas pode ser considerada como renda na medida em que uma reclamação recorrente dos participantes e dos gestores é o baixo valor da remuneração.” (Ibid., 2017)

“[...] buscam nesse programa experiência e/ou alguma renda que contribua com sua sobrevivência.” (Ibid., 2017)

“[...] a rotatividade dos monitores está relacionada à falta de vínculo profissional com o programa.” (Ibid., 2017)

CAPÍTULO III - O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Apresentação dos dados coletados.

As informações aqui (abaixo) prestadas constam na base de dados da própria Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, no setor de Projetos que não só faz o acompanhamento de adesão ao programa pelas escolas da sua rede, como também desenvolve o trabalho de apoio e supervisão do desenvolvimento do mesmo em cada unidade escolar que fez a adesão ao programa. No entanto, registra-se, ainda como fonte de fundamentação no tópico aqui abordado o artigo intitulado “O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o Programa Mais Escola”, de autoria de Sheila Cristina Monteiro Matos (2011).

A adesão ao programa pelo município de Duque de Caxias se deu em 2009 que adotou para ele o nome de Mais Escola (em seu território). Duque de Caxias é uma cidade que conta com a exploração dos derivados do petróleo, o que rende para ela uma das melhores arrecadações do Estado do Rio de Janeiro, lhe conferindo um maior poder de investimentos públicos em educação. O programa Mais Escola (Mais Educação), no município, iniciou mais efetivamente em setembro de 2009 como um Programa de Extensão de Horário e foi implantado inicialmente em 31 escolas, alcançando 4.500 alunos. Em dezembro do mesmo ano, mais 76 escolas fizeram a adesão ao programa, totalizando 107 unidades e 18.000 estudantes. A seleção das unidades escolares que participariam do programa se dava segundo os seguintes critérios observados: séries finais da primeira e segunda fases do ensino fundamental (4º, 5º, 8º e 9º anos), defasagem série/idade, anos escolares com altos índices de evasão, repetência, entre outros.

As metas almejadas eram: o aumento da permanência dos alunos na escola, tendo como objetivo a melhoria do desempenho escolar; a integração das diretrizes do PME ao PPP da unidade escolar; promoção da formação continuada dos participantes voluntários do programa; abordagens de diferentes perspectivas considerando experiências e práticas; promoção da participação, integração e cooperação de pais e comunidade na escola, acompanhamento do desempenho dos alunos por meio de avaliações.

A Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias deu prioridade ao acompanhamento pedagógico, esporte e lazer na seleção dos macrocampos, organizados da seguinte forma: letramento, Matemática, Xadrez, Banda e Dança e atuavam no processo os monitores que podiam ser: educadores populares, agentes culturais, estudantes universitários com formação específica relativa ao macrocampo de interesse e habilidades reconhecidas pela

comunidade – de acordo com a lei do voluntariado. As atribuições desses monitores eram as seguintes: sugerir alternativas e melhorias relativas ao desenvolvimento das atividades na escola; planejar o funcionamento da oficina de atuação voluntária; apresentar plano de trabalho semanal ao coordenador escolar para apreciação; solicitar ao coordenador o material necessário para o funcionamento das oficinas; propor atividades que promovam os princípios de construção da cidadania e da cultura da paz; atuar conjuntamente com os conteúdos programáticos do horário formal das aulas, independente da atividade e do macrocampo de atuação; assinar controle de frequência; preencher relatório de atividades semanais e avaliações qualitativas mensais.

O programa contou também com a função de coordenador, sendo esse um profissional de matrícula da rede, com horário móvel para atendimento de 20 horas semanais, devia ser um professor com boa relação com os alunos e a comunidade, cabendo a esse profissional: promover a articulação das atividades desenvolvidas por meio das oficinas com as da educação formal, por meio de estratégias diversas; auxiliar nos processos de aquisição, guarda, utilização e distribuição de materiais e equipamentos; orientar e auxiliar os monitores no preenchimento dos formulários e elaboração do plano de trabalho; encaminhar à coordenação municipal os relatórios mensais, avaliação qualitativa, controle de frequência e recibos assinados pelos monitores; planejar o acontecimento das atividades do programa.

Ao Diretor da unidade escolar, em parceria com o Conselho Escolar cabia: incentivar a participação, compartilhamento de decisões e informações com os professores, funcionários e familiares; promover os debates nas reuniões, conselhos de classe e espaços do Conselho Escolar e a prestação de contas dos recursos recebidos para implementação do programa. Nas situações em que as escolas não possuíam espaço para desenvolvimento das atividades do programa no contraturno, as mesmas eram orientadas a mapearem o entorno em busca do estabelecimento de parcerias com a comunidade e promoverem a reorganização dos espaços disponibilizados por tais parcerias.

A Secretaria Municipal de Educação organizou cronogramas de ações com reuniões mensais entre os coordenadores, com os seguintes objetivos: compartilhar informações sobre o programa, partilhar ações pedagógicas, entregar documentos pertinentes: frequência, relatórios, entre outros. Eram previstos, também pela SME, encontros com monitores com o objetivo de partilhar informações por meio de duas estratégias de formação continuada: encontros periódicos dinamizados nas unidades escolares por meio de estratégias discutidas nos encontros mensais com os coordenadores e encontros de formação continuada (Letramento e Matemática) com a Equipe de Educação Infante Juvenil – EEIJ.

3.1 – O monitor que atuou no programa

A contratação do monitor esteve vinculada aos seus saberes, ligados à temática da oficina escolhida. Para exercício da função não foi exigida dele nenhuma formação na área de educação ou o domínio dos saberes necessários ao exercício da profissão docente. Somente havia numa indicação de que esse trabalho de monitoria pudesse ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários com formação específica na área de desenvolvimento das atividades previstas nos macrocampos do saber ou por pessoa da comunidade com habilidades apropriadas e específicas para essas atividades ou ainda estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos) ou do Ensino Médio. Também havia uma abertura para animadores culturais, artistas, músicos, pessoas da comunidade, esportistas, agentes culturais, educadores populares, entre outros. Recomenda-se que, para exercício da função de Monitor, não será utilizado professor da própria escola quando isso significa ressarcimento de despesas de transporte e alimentação com recursos do FNDE (BRASIL, 2011).

Não são raras as vezes em que o Monitor (conclusão de diversas publicações, inclusive do Antônio Jorge) entendeu o trabalho desenvolvido no programa como um bico, um extra ou trampolim para a obtenção de um outro emprego. Esse foi um fato também relacionado ao fato da dificuldade de efetivação mais eficaz do Mais Educação em muitas unidades de ensino por desinteresse dos monitores relacionado às condições precárias de estrutura, espaço e financeira propostas – autores que fazem esses apontamentos em suas obras: Cavaliere (2010), Faria (2012), Parente; Azevedo (2011), Santana; Flores; Oliveira (2012), entre outros.

3.2 – Apresentação dos dados analisados

De uma forma geral, a pesquisa seguiu uma ordem objetiva de situar o leitor, proporcionando ao mesmo a compreensão dos tópicos relevantes para a compreensão da temática que envolve a pesquisa. Para tanto, buscou os conceitos dos temas mais relevantes já citados aqui – construindo os conceitos por meio de obras que já abordaram esses temas – além de leis que regulamentaram tanto esses conceitos como o próprio Programa Mais Educação e, com base nas respostas recebidas dos voluntários da pesquisa, oferecer ao mesmo uma análise o mais fiel possível do perfil, impressões e percepções desse trabalhador sobre o programa em questão, por meio da leitura, observação, transcrição de respostas mais relevantes e elaboração de gráficos que ilustram a análise. Dessa forma, foi apresentada uma

conclusão da referida pesquisa com as considerações feitas pelos profissionais voluntários do programa: monitores, facilitadores, oficinairos, coordenadores, orientadores.

3.3 – Perfil do voluntário do Programa

A análise aqui apresentada foi desenvolvida por meio da análise das respostas dadas ao questionário enviado para 11 participantes da referida pesquisa em um universo de 27 trabalhadores que atuaram no Programa Mais Educação ao longo dos anos de 2010 a 2018, na unidade escolar que se fez campo dessa pesquisa, pertencente à rede municipal de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. As amostras permitiram as observações e inferências que serão descritas abaixo no que se refere à identificação desse profissional que atuou no Programa como voluntário.

Quanto ao perfil do voluntário pôde-se concluir que: são trabalhadores que compreendem pessoas entre as faixas dos 20, 30, 40,50 e 60 anos e com predominância de cor parda. Nenhum voluntário se declarou de raça/etnia indígena (descendentes de índios). Em relação ao gênero, a maior parte declarou pertencer ao feminino. Nenhum deles optou por não declarar ou pela opção “outros”. Um maior número se declarou evangélico. Em sua maioria, os voluntários possuem formação de ensino médio e residência própria. A renda familiar aproximada declarada pela maioria foi de 1 a dois salários mínimos. Dos participantes, a maior parte reside no mesmo bairro onde a escola (local do vínculo voluntário) está situada.

Em resumo, o perfil desenhado para os participantes da pesquisa apresenta um voluntário predominantemente do sexo feminino, de cor parda, evangélicos, com idades que variam entre os 20 aos sessenta anos de idade, sem formação superior, com residência própria e situada nas proximidades da escola onde desenvolvem o trabalho voluntário e possuem renda que varia entre um e dois salários, ao se considerar os componentes familiares.

3.4 – Percepções do voluntariado quanto às perguntas subjetivas do questionário

Sobre as motivações de ingresso ao programa na unidade campo da pesquisa, os apontamentos são variados e vão: desde a oportunidade de transmissão de conhecimento para crianças e adolescentes carentes, o gosto pelo trabalho com crianças, a busca de entendimento sobre o funcionamento do programa, aquisição de conhecimentos até a oportunidade de exercício da profissão e de oportunidade de renda extra e enriquecimento do currículo. Seguem as falas de alguns entrevistados.

“Oportunidade de exercer a profissão e renda extra” (Voluntário 1)

“Ensinar, aprender, trocar de conhecimentos e participar da desenvoltura dos envolvidos.” (Voluntário 9)

“Assim que me formei no ensino médio precisei começar a trabalhar, muitas escolas não me aceitavam por conta de eu não ter experiência. Conheci o Mais Educação que foi a minha primeira experiência.” (Voluntário 6)

Em sua maioria os voluntários declararam que faziam atendimento semanal para aproximadamente 4 a 5 turmas, que totalizavam entre 10 a 16 horas semanais e recebiam uma ajuda de custo pelo trabalho desempenhado. Disseram, também, que atrelado ao desenvolvimento das atividades com os alunos estavam o preenchimento de formulários como fichas de presença, relatório das atividades aplicadas, planos de aulas diversificadas para turmas com diferentes idades e anos escolares distintos, cheques com valores de ajuda de custo recibos e termos de entrada (adesão) e de saída (desligamento) do programa.

Sobre o trabalho desenvolvido com os alunos, os voluntários relataram que direcionavam as turmas após o término do período das aulas regulares encaminhando-os para o café, levando as turmas até os espaços onde ocorriam as atividades, na maioria das vezes fora do espaço escolar. Sobre a rotina, os registros dão conta de que as atividades eram desenvolvidas de forma dinâmica, lúdica ou por meio de didática tradicional a depender da complexidade do grupo trabalhado e, muitas vezes, com o objetivo de complementar o desenvolvimento que aluno adquiriria com o professor efetivo de sala de aula. O resgate da autoestima também foi apontado como prioridade.

“Sempre no contra turno. Quando pela manhã, aguardar o término do café, acompanhar para as respectivas salas de aula, identificar as dificuldades e atuar de forma diferenciada, lúdica nas atividades para sanar, solucionar e melhorar o que se aprendeu com seu professor nas aulas de ensino regular”. (Voluntário 9)

“Fora. Em uma igreja Batista próxima da escola. O espaço era bom e amplo, mas a ida oferecia riscos por termos que atravessar pista onde havia tráfego de veículos leves e pesados.” (Voluntário 5)

“Tentava fazer o máximo pra resgatar os alunos, tipo a auto estima, fazendo com que a relação fosse prazerosa.” (Voluntário 3)

Em sua maioria, os voluntários declararam que passaram por processo seletivo para ingressar no programa tais como: relatórios, entrevistas, currículo, condição de licenciatura, formação de professor.

Sobre já terem desenvolvido outros trabalhos voluntários antes, durante ou concomitante ao programa ou, ainda, se atuavam em outras unidades pelo mesmo programa, a

maioria respondeu que sim e relatou atuações nos “Amigos da escola” Projeto PACEF (Programa de Atividades Complementares do Ensino Fundamental) – com vínculo CLT (carteira assinada com um salário mínimo); projetos da igreja – sem ganho para ajuda de custo; mediador de leitura em biblioteca comunitária – sem ganho de ajuda de custo; projetos que ocorriam em espaços de escolas de samba e praças de bairros (com pequena ajuda de custo) e apenas um dos entrevistados trabalhava em outras unidades escolares, concomitante com a unidade campo da pesquisa.

Sobre residir próximo à unidade escolar onde desenvolvia o trabalho voluntário, a maioria declarou que sim e uma minoria declarou residir em bairros vizinhos, considerando os mesmos relativamente próximos. Quanto ao modo de locomoção até a escola (campo da pesquisa), a maioria se utilizava de bicicleta ou caminhada. Apenas os que residiam em outros bairros (2 voluntários entre os participantes) recorriam a ônibus, Uber ou meio próprio de locomoção.

A maioria declarou já ter atuado no serviço público, seja de forma efetiva ou contratada – um como servidor concursado e os outros como contrato – e todos eles dentro da educação. Sobre alguma formação ao longo do trabalho no programa, a maioria declarou ter feito sim, sendo que uma pessoa informou ter feito a graduação e cursos diversos externos ao programa (custeados pela família) e os outros relataram formações oferecidas pelo próprio programa ou pela Secretaria Municipal de Educação.

A boa relação entre os voluntários e as outras pessoas atuantes em outros setores da unidade escolar foi quase unanimidade a não ser por um voluntário que relatou ser esse contato muito reduzido, uma vez que o desenvolvimento do trabalho (na maioria do tempo) era desenvolvido fora do espaço escolar e outro que alegou que, embora a relação fosse boa, era perceptível a visão negativa que os professores efetivos demonstravam sobre o programa.

“Tínhamos pouco contato que eu acredito que era por estarmos trabalhando em espaços diferentes.” (Voluntário 5)

“A relação era boa. Porém alguns professores da escola enxergavam o programa de forma negativa” (Voluntário 6)

A maioria declarou empreender esforços em participar de eventos, reuniões e encontros pedagógicos promovidos pela unidade escolar e que eram produtivos, uma vez que podiam expor os avanços, suas opiniões, sugestões, as dificuldades enfrentadas com os trabalhos com as crianças, explicitar as atividades desenvolvidas, entre outros.

Todos declararam sentir algum incômodo quanto à fragilidade que existia em torno da continuidade ou interrupção do programa e apontaram justificativas como: prejudicial à

continuidade de desenvolvimento do aluno, o fato de os alunos demonstrarem gostar de participar do programa, a preocupação com a evolução do aluno que se encontrava em atraso no desenvolvimento escolar e a socialização do mesmo, a ajuda aos profissionais que atuam em sala de aula em relação à formação integral do aluno e a ajuda de custo que complementava a renda do voluntariado.

“Sentia a necessidade de que o programa continuasse, pois era um dinheiro que, ainda que pouco, complementava a minha renda.” (Voluntário 5)

“Não. Não sabíamos quando ia acabar ou até quando iria funcionar. Teve uma vez que terminamos antes do fim do ano letivo por conta do repasse das verbas.” (Voluntário 6)

“Era uma ajuda de curto (leia-se custo) que somando a outros trabalhos em outras escolas, ajudava e com a falta do projeto em determinados momentos, impactava um pouco.” (Voluntário 11)

Quanto às expectativas iniciais, confirmadas ou não ao longo do trabalho no programa, quase todos disseram que sim, mas que seria necessário melhorar em determinados pontos que buscassem ativar mais o interesse de permanência do aluno e sanar dificuldades estruturais que interferiam na implementação e direcionamento idealizado como o auxílio pedagógico e uma melhor valorização financeira do trabalhador do programa.

“Razoavelmente, pois foi deficiente estruturalmente e quanto ao valor pago pelo trabalho solicitado, além da falta de auxílio pedagógico.” (Voluntário 5)

“Sim. Consegui desenvolver diversas atividades. Porém com o tempo muitos alunos deixavam de participar.” (Voluntário 6)

Sobre pontos positivos e negativos a serem apontados no programa, os entrevistados relataram como positivos: a retirada das crianças das ruas (onde estavam expostos a situações de vulnerabilidades e aliciamentos), a união em um mesmo espaço de pessoas de classes sociais, idades e etnias distintas (a inclusão social se fazia presente ali), a aprendizagem ampliada para além da oferta do tempo regular escolar, engajamento, resgate da autoestima e da confiança, acesso a boa alimentação, melhoria no desenvolvimento da leitura e da escrita.

“O engajamento dos alunos no aprendizado E a diversidade de faixa etária.” (Voluntário 1)

“Resgate da autoestima, confiança, fazer com que o aprender seja prazeroso” (Voluntário 3)

“A melhora no desenvolvimento da leitura e escrita das crianças, que estavam participando do programa dentro da escola.” (Voluntário 4)

“As crianças ficavam aos cuidados de profissionais e protegidos do envolvimento com o tráfico, entre outros. Recebiam auxílio educacional e boa alimentação.” (Voluntário 5)

“Crianças fora das ruas e aprendendo algo novo, o projeto dava oportunidade de a criança fazer o que gostava e obter mais conhecimento.” (Voluntário 11)

Como pontos negativos foram citados: a fragilidade em torno da continuidade ou não do programa, a falta de investimento em materiais adequados, a instabilidade na garantia de espaço fixo para o desenvolvimento das atividades, a não contratação do trabalhador para atuação no programa ou seleção por meio de concursos que pudessem garantir a estabilidade dos profissionais que atuavam no programa, a não garantia de mobiliário e material de apoio (uma vez que o espaço também não era garantido como espaço próprio permanente), os termos estanques entre um período e outro de direcionamento de verbas para a continuidade e a falta de divulgação e orientação sobre os objetivos e fundamentos do programa que poderiam levar professores a terem uma visão mais apoiadora do programa.

“O começar tarde, tipo em praticamente no mês de Maio e parar do nada sem ter uma previsão de volta.” (Voluntário 3)

“O ponto negativo é que não teve uma continuidade do trabalho já iniciado, com a realização do término do programa” (Voluntário 4)

“Falta ou deficiência de oferta material, estrutural e humana.” (Voluntário 5)

“Com o tempo muitos alunos deixavam de participar. Os Professores da Unidade não apoiavam o projeto, por conta disso não conseguíamos fazer uma parceria.” (Voluntário 6)

“Locomoção das crianças da escola para o espaço onde era realizado o projeto, pois tínhamos que ter muita atenção com as crianças ao atravessar a rua e a responsabilidade redobra.” (Voluntário 11)

“Posso dizer que a falta de continuidade, durabilidade por se tratar de pouco tempo, se faz necessário material didático lúdico e específico para o programa, um lugar fixo com profissionais exclusivos por contrato renovável ou concursado.” (Voluntário 9)

“Apenas a ajuda de custo, os demais pontos são bem positivos.” (Voluntário 10)

Sobre o entendimento de que o programa tenha conseguido cumprir os objetivos para os quais se propôs, os participantes, ainda que declarem afirmativamente, apontam questões que denotam que o cumprimento se deu de forma parcial pela não estabilidade de

continuidade mais linear que comprometeu os resultados e a continuidade no que se refere à oferta de educação integral para o aluno, a falta da oferta de uma remuneração e formação para o profissional atuante. No entanto, reafirmam os objetivos alcançados, citando o investimento na capacidade de criatividade das crianças, por meio da oferta de áreas integradas de ensino, a visível evolução no aprendizado, entre outros.

Sim, sobre fazer com que as crianças fossem mais criativas e aprendessem um pouquinho mais fora as aulas normais.”
(Voluntário 2)

“Em parte, porque com o término do programa nos professores não conseguimos dar continuidade de um trabalho que já havíamos iniciado.” (Voluntário 4)

“Conseguiu, pois vimos o crescimento dos alunos no dia a dia.”
(Voluntário 7)

“Em partes. Pois o governo poderia investir mais em recursos, melhor remuneração e formação para que pudéssemos desenvolver as atividades” (Voluntário 6)

“Sim! As crianças adoravam e ter um projeto que mantém eles na escola, aprendendo e partilhando novas atividades é muito bom para o crescimento deles” (Voluntário 10)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir qualidade ao Ensino Fundamental público é tarefa desafiante para a educação no Brasil. O programa Mais Educação foi um investimento do Governo Federal, que se baseou na ideia da educação integral – formação humana em suas múltiplas dimensões – a ser implementada por meio da ampliação do tempo de escola.

Com o objetivo de contribuir com as discussões acerca de políticas públicas que proponham a oferta de educação integral em tempo integral, por meio das considerações e atuação nela do trabalhador voluntário do programa Mais Educação, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma análise de documentos (tendo como fontes os arquivos/acervos da Escola Municipal campo dessa pesquisa e da Secretaria Municipal de Educação do município de Duque de Caxias) de obras: livros, teses, dissertações, fóruns, entre outros e, ainda, o desenvolvimento de um questionário com os voluntários que atuaram na implementação do PME na escola municipal entre os anos de 2010 a 2018.

No estudo literário, foi analisado o contexto histórico em que se deu a evolução da Educação Integral no Brasil bem como a compreensão dos conceitos de escola de tempo integral, políticas públicas e trabalho voluntário. Ainda em relação à comparação bibliográfica, muitos pontos constatados apresentaram concordância com diagnósticos publicados por outras pesquisas. Dentre eles se destaca certo distanciamento do que se estabelece sobre o trabalho voluntário como sendo a oferta do serviço sem fins de recebimento. Nesse sentido, há relatos de voluntários que embora demonstrem ciência de que se propõem a desenvolver um trabalho voluntário, explicitam sua insatisfação em relação ao pouco valor que lhe é destinado para despesa com transporte e alimentação citando, inclusive, que tal situação acaba por gerar o desinteresse ou mesmo a incapacidade de permanência no programa, por parte desse trabalhador que acaba por integrar esse recurso à complementação de renda de manutenção familiar. Um outro ponto, que encontra reflexo em outras pesquisas, foi o fato de que o programa foi entendido, na voz de professores, pais, diretores e aqui na pesquisa; o voluntário como uma forma de abrigo a alunos que viviam em situação de vulnerabilidade e como um espaço de garantia alimentar.

Ao iniciar a referida pesquisa, acreditava ter a exata percepção de que os trabalhadores que se submetiam ao serviço voluntariado do programa, o fazia em prol da busca pela possibilidade dos pagamentos (ainda que fossem mínimos) que lhes complementariam a renda e que os mesmos se desdobravam em diversas unidades escolares em busca da junção desses valores, gerando um quantitativo que lhes pudessem prover sustento próprio e da família.

Pensei em trazer visibilidade sobre esse trabalhador e esclarecer que o mesmo era mais um trabalhador imerso na precarização e na exploração da sua força de trabalho. No entanto, percebe-se que, embora esse trabalhador reconheça que essa forma de inserção deve ser corrigida em futuras políticas públicas de propostas de formação em horário integral – valorizando mais o profissional que irá atuar, sendo por meio de concurso ou por contrato (garantindo menor rotatividade e beneficiando a continuidade do trabalho), o trabalhador voluntário do programa em questão, demonstrou possuir ciência da sua condição de voluntário e reconheceu a importância da implementação do mesmo.

No entanto, curiosamente, um fato destoa de resultados observados em pesquisas anteriores. Cito aqui, como exemplo, a conclusão de Antônio Jorge Gonçalves Soares e coautores, sobre o fato de que, em sua maioria, os candidatos voluntários são jovens demais (em busca de experiência ou oportunidade de emprego) ou de mais idade (já estabelecidos na vida trabalhista e podendo, portanto, destinar tempo ao trabalho voluntário). O que se observa na referida pesquisa é que, na escola campo, as idades dos voluntários variam – jovens, medianos e mais velhos – e, tendo em vista as respostas dadas por eles, pode-se inferir que a busca por uma complementação de renda (em sua maioria não possuem renda fixa ou não possuem os critérios para aposentadoria) ainda que não atrativa, tem levado esses trabalhadores a aderirem ao trabalho voluntário na modalidade do programa em questão.

Pode-se concluir que outra particularidade encontrada nesse local onde se desenvolveu a pesquisa é a presença de três tipos de voluntários que aderiram ao programa: o jovem que ingressa em busca de aproximação com o trabalho em âmbito público, para a obtenção de experiência e enriquecimento do currículo; a pessoa de mais idade que já dentro de uma situação de aposentadoria ou na iminência dela procura uma forma de continuar contribuindo e produzindo e o adulto em idade de empregabilidade, dependente de renda mensal e, para tanto, busca inserção no programa por causa do valor de ressarcimento, ainda que o mesmo tenha esclarecimento documentado de que o pagamento é destinado à ajuda com transporte e alimentação.

É possível compreender que a situação de precariedade e desemprego no universo trabalhista podem ser questões que gerem situações como essa do terceiro sujeito citado e que registra aqui uma sua indignação e frustração em relação à remuneração destinada ao trabalhador do programa. Podemos, então, observar duas possibilidades distintas aqui: uma reflexão que esse trabalhador quer levar sobre ele mesmo, no futuro, sobre novas propostas de políticas públicas onde esse trabalhador possa ser inserido no formato do trabalho remunerado e com garantias trabalhistas ou atentar para desvios como esse, na seleção do trabalhador que

irá atuar na referida política pública que possui como critério o desenvolvimento da ação voluntária.

Outra questão que se pode apresentar como particularidade encontrada na pesquisa é o fato de a maior parte dos participantes declararem possuir formação de ensino médio e residirem nas proximidades do local onde atuam como voluntários. São dois fatos que permitem a reflexão sobre o alcance de um dos objetivos primordiais do PME que é de trazer para o aluno os elementos culturais aos quais ele não possui acesso. Pode-se considerar que o fato do trabalhador residir na proximidade imprime um sentimento de pertencimento. No entanto, levando-se em conta que se trata de uma escola (campo da pesquisa) que está inserida em situação precária, inclusive de oferta de possibilidades de encontro com a arte, o esporte, entre outras questões culturais, esse trabalhador se encontra também inserido nessa realidade como residente. O fato de não ter cursado nível superior permite concluir, também, que não tendo tido formação que colocasse esse voluntário em um cenário mais ampliado de conhecimento cultural, limita a transmissão e o alcance de tal objetivo, declarado pela proposta do Programa, por esse trabalhador.

Pode-se concluir, ainda, por meio da análise das respostas dos entrevistados, que eles depositam crédito no Programa Mais Educação, reconhecem-no como um programa importante, capaz de ofertar oportunidade de desenvolvimento dos alunos, além de complementar a formação dos mesmos – não possibilitada no tempo regular de ensino –, o acesso a uma alimentação mais adequada e diária, a proteção de crianças em situação de vulnerabilidade enquanto participam das atividades propostas. Dessa forma, eles ratificam o cumprimento dos objetivos apresentados como justificativa para a implementação do programa, apresentados pelas portarias e leis apontadas na pesquisa.

No entanto, também são feitos apontamentos sobre as falhas encontradas, que acabam por denotar que a implementação de políticas públicas voltadas para o investimento na educação integral do educando no referido programa, por meio do aumento da carga horária com o objetivo da oferta educacional que se encontrava fora do tempo regulamentar escolar, como: a arte, a cultura, cuidados com a saúde, entre outros, não se apresenta como algo de fácil implementação e alcance de êxito. Observa-se a necessidade de avanços, mas evidencia-se a presença de questões estruturais enraizadas, que costumam minar o alcance desses objetivos de uma forma mais completa.

Aqui, no caso, os entrevistados (que são os voluntários, trabalhadores da linha de frente do programa), citaram alguns desses problemas crônicos que acometem a escola pública, como: impedimentos nos avanços do programa como: falta de espaço, de pessoal

(auxílio pedagógico), de material, de organização e de encaminhamento de verbas que garantam a continuação mais linear do programa – sem as paradas estanques que comprometem os avanços, desestimulam a permanência dos alunos e promovem a rotatividade dos voluntários (também desestimulados a permanecerem). Em oito anos de programa, contabilizou-se vinte e 27 voluntários, o que ratifica a alta rotatividade desse trabalhador e permite observar que, por vezes, a desistência do serviço voluntário ocorre por necessidade da complementação da renda (referindo-se ao terceiro tipo de voluntário inserido no unidade escolar receptora do Programa), que fica comprometida com a instabilidade na continuidade linear (toda vez que o programa é interrompido para nova inscrição pelo site do PDDE Interativo e fica no aguardo de nova liberação de verba).

Certamente, o Programa Mais Educação foi um marco relevante da implementação de política pública educacional direcionada para a oferta da educação integral por meio da ampliação do tempo escolar que, em âmbito nacional, marcou a vida dos estudantes, das escolas e das comunidades, fazendo justiça ao nome por ofertar mais oportunidades de ampliação e acesso ao conhecimento por meio da vivência, de novos espaços, mais esperança no processo educativo. Porém, por meio da análise das respostas apresentadas aqui, pelo voluntário que atuou no programa, podemos inferir que é preciso levar em conta algumas questões para o futuro ao se planejar políticas de investimento para a educação integral organizada por tempo integral, como a necessidade de repensar a infraestrutura adequada para implementação da proposta; um trabalho mais eficaz de conscientização e divulgação para aceitação e acolhimento no espaço por todos aqueles que atuam em todos os segmentos, juntamente com o trabalhador do programa; o estudo de uma valorização do trabalhador que tem atuado voluntariamente, mas que – levado por inúmeras dificuldades cotidianas – acabam por não conseguirem permanecer no programa, contribuindo para a alta rotatividade e interrupções no desenvolvimento do trabalho implementado ou, conforme citado anteriormente, que haja mais informação e cuidado na seleção desses profissionais ao serem direcionados para o trabalho e adequação à filosofia proposta pela política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Marcos Aurélio Gomes de. **EXPECTATIVAS, ADESÃO E DESLIGAMENTO NO TRABALHO VOLUNTÁRIO: ESTUDOS DE MOTIVOS DO VOLUNTARIADO DA FUNDAÇÃO CIDADE VIVA, JOÃO PESSOA/PB, 2014**. Mestrado Acadêmico em Administração – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2015. 126 p.
- ARAÚJO, Luiz. **OS FIOS CONDUTORES DO PDDE SÃO ANTIGOS**. *Jornal de Políticas Educacionais*. n.º 2. Setembro de 2007. PP. 24–31
- ARAÚJO, Maria Kéllia de. **APRENDENDO COM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Estudo realizado com ex-monitores de uma Escola Pública Municipal de Natal-RN**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mossoró, 2018. 145p.
- ARROYO, Miguel G. **O direito ao tempo de escola**. *Cad. Pesq. São Paulo*, n. 65, p. 3 – 10, maio, 1988.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 215-218, jan./abr. 2014
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Desigualdade e Desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- BARROS, Antônio Teixeira e JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A elaboração do projeto de pesquisa**. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio Teixeira (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo, Atlas, 2011.
- BARROS, Emília Cristina Ferreira de. **Sentidos da escola de tempo integral na vivência de alunos de uma escola estadual: uma investigação sobre o “ficar na escola o dia todo”**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE. João Pessoa: 2012.
- BECKER, Paula Cortinhas de Carvalho. **Do Programa Mais Educação à Educação Integral: O currículo como movimento indutor**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (UFSC), 2015. 158 p.
- BOMENY, H. M. B. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, 2. ed.
- BORCHARDT, Pietra. **OS SENTIDOS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO: UM ESTUDO COM MEMBROS DE UMA INSTITUIÇÃO LUTERANA**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2015. 104 p.
- BRANDOLIN, Fábio. **O Programa Mais Educação no Município de Petrópolis-RJ**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016. 203 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: Chrome extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: 24 de novembro de 2020.

BRASIL. Decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007, **que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010, **que dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Institui o Programa Mais Educação. Portaria Normativa Interministerial n. 17**, de 24 de abril de 2007. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília**, 1990. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: MEC**, 2001. Acesso em: 15 de dezembro de 2021

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, MEC, 1996. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

BRASIL. Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências**. Brasília, 1996. Acesso em: 15 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Todos pela Educação: passo a passo, 2007**. Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**. Brasília: MEC – SECAD, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/maiseducacao/documento_d_e_referencia.pdf. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**. Brasília: MEC – SECAD, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16701&Itemid=1114. Acesso em: 04 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério Da Educação. Programa Mais Educação – Passo a passo. Jaqueline Moll (org.). 2ª ed. Brasília: SEB / MEC, 2011. Acesso em: 05 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Programa Mais Educação: Educação Integral. Série Mais Educação** – Brasília: MEC – SECAD., 2009.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Programa Mais Educação: Rede de Saberes Mais Educação – pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas**. Série Mais Educação – Brasília: MEC – SECAD., 2009.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Série Mais Educação: Gestão Intersetorial no Território**. – Brasília: MEC – SECAD., 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **MANUAL OPERACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Educação Integral. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2012: resumo técnico**. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2019: resumo técnico**. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BURGOS, Marcelo. **A DUPLA HERMENÊUTICA DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES E A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR**. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-049076/110>. Lua Nova, São Paulo, 110: 49-76, 2020.

BURGOS, Marcelo - **GERENCIALISMO E PÓS-GERENCIALISMO: EM BUSCA DE UMA NOVA IMAGINAÇÃO PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL** <https://www.scielo.br/pdf/sant/v9n3/2238-3875-sant-09-03-0919.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

CADERNOS CENPEC. **Edição especial sobre Educação Integral**. São Paulo: CENPEC, n. 2, 2. Sem. 2006.

CAMINI, Lúcia. **A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**. RBP AE. v. 26, n. 3, p. 535 – 550, set.- dez., 2010.

CAVALIERE, A. M.; MAURICIO, L. V. **Práticas de ampliação da jornada escolar no ensino fundamental: sobre modelos e realidades**. In: Anais 34ª reunião. Anual da ANPED, 2011, Natal. Educação e justiça social. Natal: ANPED, 2011. v. 1. p. 1-15.

CRISPIM, Rute Irene Cláudio. **AVALIANDO POSSÍVEIS IMPACTOS DO “PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO” NO RENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DO PIAUÍ**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016. 100p.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

DUTRA, Thiago; MOLL, Jaqueline. **A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA**. Revista Prática Docente. v. 3, n. 2, p. 813-829, jul/dez 2018.

EVANGELISTA, O; SHIROMA, E. O. **Educação para alívio da pobreza: novo tópico na agenda global**. Revista de Educação (Campinas), v. 20, p. 43-54, 2006.

FERREIRA, Marisa; PROENÇA, Teresa; PROENÇA, João F. **AS MOTIVAÇÕES NO TRABALHO VOLUNTÁRIO**. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão. Lisboa, Portugal. vol. 7, núm. 3, julho, 2008, pp. 43-53

FIORIDO, Caroline Maria, 1977-**O Programa Mais Educação e o papel dos Comitês Territoriais de Educação Integral do Estado de São Paulo (2009-2016)**. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. São Paulo, 243 p. 2020.

FÜHR, Caroline Luisa Ludwig. **A ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL BEM VIVER DA CAÚNA: ESTUDO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NUMA ESCOLA DO CAMPO DE TRÊS DE MAIO/RS**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. RS, 2021. 137 P.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Cadernos Cenpec 2006 n. 2

IBGE. Banco de dados. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acessado em agosto de 2021.

INDICADOR DE ANALFABETISMO NACIONAL. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/10/inafresultados2007.pdf>. Acessado em 17 de agosto de 2020.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. **Educação integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade?** Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p. 17-49, jul./dez. 2012.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline (Orgs.). **Políticas de educação integral em jornada ampliada**. Em aberto, v. 25, n. 88, 2012.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOL. **Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral**. Editora UFPR. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias. **Sistema único de ensino: o desafio da construção e da ampliação do espaço público de direitos na escola pública de Mato Grosso**. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 78, p. 199-222, 2002.

LEMOS, Felipe. **A questão epistemológica do pesquisador que pesquisa dentro da sua organização**. III Inter Programas – X V I SECOMUNICA. DIVERSIDADE E ADVERSIDADES: O INCOMUM NA COMUNICAÇÃO. Universidade Católica de Brasília (UCB) - Brasília, DF - 21 e 22/09/2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O OLHAR DISTANCIADO. PERSPECTIVAS DO HOMEM**. Projeto Democratização da Leitura. Edições 70. Martins Fontes. São Paulo. Janeiro, 1986.

LOTTA, G. (org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: https://www.clp.org.br/entendendo-os-conceitos-basicos-mlg2-de-politicas-publicas-mlg2/?gclid=Cj0KCQjwz96WBhC8ARIsAATR250X4JQVvxH4YY47QDb_wPcZ-d4b7GCUkG5mRg-Gzw2O3E99wZl6wUsaApgOEALw_wcB Acessado em 18 de julho de 2022.

MATOS, Sheila Cristina Monteiro. **O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o Programa Mais Escola**. Revista Espaço Acadêmico. Ano X. nº 116. Janeiro de 2011.

MATUOKA, Ingrid. **Os entraves para a continuidade do Novo Mais Educação**, 2019. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/os-entraves-para-continuidade-do-novo-mais-educacao/>. Acesso em: 27 de janeiro de 2022.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Condições e interesses pela educação em tempo integral no Brasil**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 13, n. 33

MEISTER, José Antônio Fracalossi. **Voluntariado: uma ação com sentido**. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2003.

MENDONÇA, Ana Waleska; MOLL, Jaqueline; XAVIER, Libânia. **Anísio Teixeira: dilemas educacionais e políticos do seu e do nosso tempo**. Cad. Cedes, Campinas, v. 39, n. 108, p. 251-268, maio-agosto, 2019.

MOLL, Jaqueline. **“A escola tem que baixar seus muros para não ser um simulacro da vida real”**. [Entrevista cedida ao periódico La Capital]. Tradução de Julia Dietrich. **Centro de Referências em Educação Integral**, 24 set. 2013. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/a-escola-tem-que-baixar-seus-muros-paranao-ser-um-simulacro-da-vida-real/>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

MOLL, J. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. 504 p.

MOLL, Jaqueline. **Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLL, Jaqueline; LECLERC, Gesuína de Fátima Elias. **Educação Integral e Comunitária: o remirar-se da cidade e da escola** In: PADILHA, Paulo Roberto; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila. *Município que educa: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. p. 51-57.

MOLL, Jaqueline. **O PNE e a educação integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral**. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 369-381, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>

MOLL, Jaqueline; PONCE, Branca Jurema; RONCA, Antonio Carlos Caruso; SOARES, José Nildo Oliveira. **ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E EDUCAÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.18, n.4, p. 2095-2111 out./dez. 2020.

MOREIRA, Sebastiana Aparecida; BERTOLIN, Julio Cesar Godoy. **AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO: estudo de caso de Rio Verde (GO)**. Comunicações • Piracicaba • Ano 23 • n. 1 • p. 107-125 • jan.-abr. 2016 • ISSN Impresso 0104-8481 • ISSN Eletrônico 2238-121X 107 DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238121X/comunicacoes.v23n1p107-125>.

MORGAN, Karine Vichiatt. **O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NOFORMIGUEIRO DAS AMÉRICAS: A POLÍTICA DE INDUÇÃO À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. 201 f. 2015.

MOTA, Patricia Flavia. **Percursos em busca da Educação Integral: o Ciep Henfil em Duque de Caxias**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013. 137 p.

MOURA, Laysce R.; SOUZA, W. J. de. **ELEMENTOS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA PASTORAL DA CRIANÇA: CARACTERÍSTICAS E MOTIVOS**. *Holos*, Ano 23, Vol. 3. 2007.

OLIVEIRA, Alana Paula de. **EDUCAÇÃO INTEGRAL X ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: EXPLORANDO OS ESPAÇOS PARA A EDUCAÇÃO EM VALORES**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, 2019. 221 p.

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. **A SOCIOLOGIA, OS SOCIÓLOGOS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 31 n° 91. Junho, 2016.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. **Educação em Tempo Integral e Programa Mais Educação: aproximações e distanciamentos das regiões brasileiras em relação à meta prevista no projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação (PNE)**. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Vol. 14 - n. 3 - set-dez 2014. Disponível em: www.univali.br/periodicos.

PENNA, Maura. **Ascensão e queda do Programa Mais Educação - A música na proposta de educação (em tempo) integral**. *Revista Vórtex*, Curitiba, v.5, n.2, 2017, p.1-25.

PENTEADO, Andrea. **Programa Mais Educação como Política de Educação Integral para a Qualidade**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 463-486, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

PESTANA, Simone Freire Paes. **AFINAL, O QUE É EDUCAÇÃO INTEGRAL?** *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014.

RIBEIRO, Madison Rocha. **A relação entre currículo e educação integral em tempo integral: um estudo a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2017, 241p.

RODRIGUES, Alberto T. **Sociologia da Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004.

ROSA, Viviane Silva da. **A FUNÇÃO DA ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (2007-2012)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013. 234 p.

SANTOS, Alessandra Rodrigues dos. **O Programa Mais Educação, uma proposta de educação em Tempo Integral?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 222p. 2014.

SANTOS. Raphael Alario Rodrigues dos. **Os Fundamentos da Educação Integral no Programa Mais Educação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2017. 110 p.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; Silva Katharine Nínive Pinto. **ANALISANDO A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO GOVERNO LULA/DILMA ATRAVÉS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.30. n.01. p. 95-126.Março de 2014.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; BRANDOLIN, Fábio; AMARAL, Daniela Patti do. **Desafios e Dificuldades na Implementação do Programa Mais Educação: percepção dos atores das escolas**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1059-1079, jul./set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660490>.

SOARES, Luíza de Azevedo Senra. **A OFERTA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NO BRASIL**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2014. 96 p.

SOUZA, Francislene de Camargo, **A natureza jurídica do auxílio financeiro pago ao prestador de serviço voluntário**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012. 126p.

Todos Pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. Editora Moderna. São Paulo, 2019.

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. **Sociologia da Educação**. 1º semestre. 65p. Disponível em: chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16471/Curso_Let-Esp-Lit_SociologiaEduca%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1. Acessado em: 10 de janeiro de 2022.

VALE, Solange Cristina do. **RELIGIOSIDADE E ENGAJAMENTO NO TRABALHO VOLUNTÁRIO**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2021. 207p.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa –, no caso de concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a Instituição. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador(a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: “MAIS EDUCAÇÃO”: PERCEPÇÕES DO VOLUNTARIADO.

UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: MARIA APARECIDA MENDES

ENDEREÇO COMERCIAL: .

TELEFONE COMERCIAL:

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre: **“MAIS EDUCAÇÃO”: PERCEPÇÕES DO VOLUNTARIADO. UMA ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.**

Os questionários serão realizados na Escola Municipal (campo da pesquisa) e os dados, informações, servirão para compor a apresentação e a dissertação de Mestrado da pesquisadora Maria Aparecida Mendes.

BENEFÍCIOS: Contribuir para futuras reflexões sobre a implementação de políticas públicas voltadas para a oferta de Educação Integral, por meio do aumento do tempo escolar, por meio das perspectivas e impressões do trabalhador que atua de forma voluntária no Programa Mais Educação.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Informamos que os sujeitos de pesquisa não arcarão com nenhum gasto decorrente da sua participação e que os participantes da pesquisa não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: É garantido o sigilo e assegurada a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a entrevistas e questionários sobre:
2. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de desconforto ao responder as perguntas. Caso isso ocorra posso me recusar a responder a pergunta ou mesmo a desistir de participar da entrevista, de responder ao questionário e de praticar a pesquisa;
3. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para que a pesquisadora compreenda a forma como os trabalhadores dos programas Mais Educação e Mais Alfabetização são conduzidos e atuam no ambiente escolar, suas relações de trabalho, qualidade, condições e expectativas;
4. A minha participação neste projeto deverá ter a duração de 2 horas, caso eu escolha em responder na unidade escolar;
5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, não sofrendo qualquer prejuízo.
6. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido;
7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde;
8. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade e, se eu desejar, terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
9. Fui informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa e que os resultados poderão ser publicados.

10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com MARIA APARECIDA MENDES, pesquisador (a) responsável pela pesquisa: _____, telefone: _____ e e-mail: _____

Eu, _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado (a) pelo pesquisador (a) – Maria Aparecida Mendes – dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro, ainda, que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO(A) COLABORADOR(A)

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

Monitor: Mais Educação

PESQUISA: “MAIS EDUCAÇÃO”: PERCEPÇÕES SOBRE O VOLUNTARIADO. UMA ANÁLISE APARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Alessandra Maia Terra de Faria

ORIENTANDA: Maria Aparecida Mendes

Caro(a) Ex-monitor/mediador/facilitador,

Por gentileza, solicitamos o preenchimento dos dados abaixo, que constituem o questionário-perfil de caracterização dos sujeitos deste estudo. Essa ação é necessária para a execução da Pesquisa de Mestrado acima nomeada. O questionário-perfil irá fornecer dados para a elaboração da conclusão e argumentos da referida pesquisa, que elegeu como local para sua realização uma escola municipal pertencente à Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

QUESTIONÁRIO-PERFIL

Data de nascimento:

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

Qual o seu gênero?

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".

Religião:

Última formação acadêmica concluída:

Residência:

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".

Bairro / cidade:

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

Renda familiar aproximada:

QUESTIONÁRIO

1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?
Descreva:

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia?
Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

8 - Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação?
Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

10 - Residia próximo ao local, ou locais, onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato?
Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

APÊNDICE C: RESPOSTAS INDIVIDUAIS DOS VOLUNTÁRIOS NO QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 1

Data de nascimento:

10/26/1972

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem)

Qual o seu gênero?

Masculino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)."

Religião:

Jesus Cristo filho de Deus

Última formação acadêmica concluída:

Graduação Letras Inglês

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".

Bairro / cidade:

Jardim Primavera/ Duque de Caxias

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

4 (quatro)

Renda familiar aproximada:

acima de dois salários mínimos.

QUESTIONÁRIO

1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?

Descreva:

Ensinar, aprender, trocar de conhecimentos e participar da desenvoltura dos envolvidos.

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

Mais de quatro turmas, entre 6 a 9 horas e composta por mais de vinte e cinco alunos.

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim. Uma quantia como ajuda de custo, algo simbólico.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim. Ficha de presença, anotações dos deveres de mais necessidades, plano de aula para turmas específicas por se tratar de diversas turmas em idades diferenciadas etc.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina. suas atribuições como monitor, entre outros.

Sempre no contra turno. Quando pela manhã, aguardar o término do café, acompanhar para as respectivas salas de aula, identificar as dificuldades e atuar de forma diferenciada, lúdica nas atividades para sanar, solucionar e melhorar o que se aprendeu com seu professor nas aulas de ensino regular.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Atividades estas realizadas dentro e fora do ambiente escolar. Por se tratar de turmas grandes era necessário um espaço maior que o existente na escola. Buscando sempre um ambiente tranquilo e agradável para os envolvidos.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim, tudo isso descrito no questionamento. Sou formado, possuo experiência e os pré-requisitos.

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Sim para antes, durante e depois. Antes fiz parte do programa "Amigos da Escola" com várias oficinas. Durante: no Mais Educação fiz trabalhos lúdicos matemáticos e

desenvolvimento de textos fazendo bolo e assistindo filmes com temas específicos pertinentes a autoestima e desenvoltura dos alunos. Depois: trabalhei com oficinas de musicalização, proteção do patrimônio, introdução ao esporte e contação de histórias.

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não, exclusivo da Escola Municipal Anton Dwosark.

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Relativamente próximo, pois é necessário uma boa caminhada de 20 minutos, aguardar uma condução pra deixar perto ou condução própria (carro, moto ou bicicleta).

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Sempre à pé, pois o valor da passagem nesta região é o mais caro de todo o estado do RJ e o ônibus demora muito pra passar, atrasando sempre.

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Não, não possuo nenhum tipo de vínculo com órgão público.

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Sim, fiz graduação em Língua Inglesa, também fiz diversos cursos com certificado neste mesmo seguimento e outros como curso para trabalhar com espectro autismo, síndrome de down, indivíduos com super dotação entre outros. Todos com investimento financeiros pagos pela minha família.

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Excelente com todos! Temos contatos uns com os outros e nosso relacionamento é tão amigável que, até nos dias de hoje, conversamos sobre assuntos de trabalhos e nossas famílias.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Participante, atuante e expressando meus sentimentos e opinião.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Sim, claro! Este sentimento continuar um bom trabalho sempre irá brotar quando se faz de maneira positiva, atuante, participativo e impactando ao ponto de contribuir com desenvolvimento dos alunos e seus familiares. Sou morador do bairro e encontro as famílias nos estabelecimentos comerciais de onde vivemos e ouço deles que suas crianças melhoraram não só na questão acadêmica como comportamental.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim, porém sempre se quer fazer mais e mais, pois nós colaboradores, professores, instrutores, monitores, mediadores... temos em mente que sempre pode ser feito um algo à mais e que pode também, ser melhorado a cada dia.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

É certo que num programa que envolve pensadores que possuem interesse comum em manter reunidos pessoas de diversas classes sócias, idades, etnias etc. O maior ponto positivo é manter tudo isto funcionando com harmonia. Destaque positivo para o aprendizado e inclusão social.

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Posso dizer que a falta de continuidade, durabilidade por se tratar de pouco tempo, se faz necessário material didático lúdico e específico para o programa, um lugar fixo com profissionais exclusivos por contrato renovável ou concursado.

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Sim durante o tempo que existiu, que existir, mas por não se fazer presente, por não ter a continuidade os resultados vão se perdendo com o tempo.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 2

Data de nascimento:

2/12/1984

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor branca (descendentes de europeus/ocidentais)

Qual o seu gênero?

Masculino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".

Religião:

Cristã

Última formação acadêmica concluída:

Técnico de meio ambiente

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".

Bairro / cidade:

Santa Cruz da serra/ Duque de Caxias.

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

2

Renda familiar aproximada:

de 1 a 2 salários mínimos

QUESTIONÁRIO

1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?

Descreva:

Por ter concluído o ensino médio como professor de séries iniciais, e ter qualificação para dar aulas de xadrez, o programa, foi uma boa oportunidade para começar trabalhar na área da educação.

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

Média de cinco turmas por dia e as turmas que participavam do programa, ficavam em média 4 horas, reveesando com os monitores, onde realizavam atividades diversificadas.

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Recebia uma ajuda de custo por cada turma.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Assinava o documento relacionado ao cheque que era a ajuda de custo e folha de ponto.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

Muitos alunos se dedicavam as atividades propostas e alguns não, o relacionamento era o melhor possível, procurávamos sempre andar junto com a direção e comunidade escolar, vimos um bom desenvolvimento, mesmo faltando um pouco de estrutura física.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Fora do espaço escolar, onde por sinal era bem amplo e boa estrutura, atendendo muito bem os alunos e nos dando condições de desenvolver um bom trabalho.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

A adux(associação duque caxiense de xadrez) tinha formado uma parceria com a prefeitura de Caxias em relação aos professores de xadrez que estavam qualificados para a função, e meu currículo ficou na prefeitura, as escolas interessadas entravam em contato.

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Trabalhei no projeto pacef (programa de atividades complementares do ensino fundamental), era uma empresa parceira da prefeitura e era carteira assinada, um salário mínimo, com objetivo de trazer mais qualidade e suporte a família, as crianças iam no contraturno participar das atividades recreativas e reforço nas disciplinas de português e matemática.

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Trabalhei na escola Carlos Drumond de Andrade, Chico Mendes, Marie courier, Santa Luzia, entre outras.

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Algumas, mas próximas que outras.

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Ônibus.

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Não.

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Sim, participei de diversos curso elaborados pela secretaria de educação de duque de Caxias.

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Era excelente, todos em prol de ajudar e desenvolver um bom trabalho.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Éramos informados dos eventos e se existisse a disponibilidade participávamos.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Era uma ajuda de curto que somando a outros trabalhos em outras escolas, ajudava e com a falta do projeto em determinados momentos, impactava um pouco.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim, não é fácil, mas qualquer tipo de evolução já nos mostra um desenvolvimento e é o que se espera desse trabalho que foi realizado.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Crianças fora das ruas e aprendendo algo novo, o projeto dava oportunidade de a criança fazer o que gostava e obter mais conhecimento.

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Locomoção das crianças da escola para o espaço onde era realizado o projeto, pois tínhamos que ter muita atenção com as crianças ao atravessar a rua e a responsabilidade redobra.

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Até o momento que fazia parte sim, não em sua totalidade, mas estava no rumo certo.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 3**Data de nascimento:**

11/10/1971

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem)

Qual o seu gênero?

Feminino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".**Religião:**

Crista

Última formação acadêmica concluída:

Ensino medio

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".**Bairro / cidade:**

Saracuruna

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

01

Renda familiar aproximada:

de 1 a 2 salários mínimos

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

Oportunidade de transmitir conhecimentos

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

5 turmas com média de 30 alunos

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim ajuda de custo

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim preenchimento de registro de desenvolvimento dos alunos

E desempenho

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

Se destinava a trabalhos manuais feitos de porcelana fria biscuit

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Dentro da escola

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Avaliada

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Não

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Sim

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Meio próprio de locomoção

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Não

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Não

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Otimo relacionamento

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Se dava de forma participativa

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Continuidade pois ainda havia conteúdo para ser apresentado aos alunos.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

O engajamento dos alunos no aprendizado

E a diversidade de faixa etária

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Melhor condições de mobiliário

E material de apoio

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos?

Escreva sobre.

Sim . excelente

Alunos com excelente aprendizado

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 4**Data de nascimento:**

1/12/2022

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem)

Qual o seu gênero?

Feminino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".

Religião:

Umbandista

Última formação acadêmica concluída:

Pós graduada em Língua portuguesa

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".

Bairro / cidade:

Jardim primavera Duque de caxias

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

Dois

Renda familiar aproximada:

acima de dois salários mínimos.

QUESTIONÁRIO

1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?

Descreva:

Por gostar de trabalhar com crianças do primeiro segmento

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

Eram entre quatro a cinco turmas

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Ajuda de custo muito pequena

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim . Eram relatórios , onde a gente relatava sobre o desenvolvimento dos alunos .

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina. suas atribuições como monitor, entre outros.

O trabalho era feito sempre com dinâmicas , jogos , etc

Tentava fazer o máximo pra resgatar os alunos , tipo a auto estima , fazendo com que a relação fosse prazerosa

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

As vezes fora da escola , em ambientes bem arejados

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim

Preenchimento de relatórios e entrevistas

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Não

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Sim

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Eu ia Andando , porque era perto de casa .

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Sim . Eu trabalho na Educação com turma do segundo segmento .

Eu gosto muito de trabalhar com adolescente , o trabalho é gratificante .

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Fiz um curso apresentado pelo próprio programa .

Foi uma troca de conhecimento , gostei muito

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

A minha relação era ótima ,

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Nós participávamos dos encontros apresentando as nossas ideias .

Eram respeitados .

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Eu particularmente espeto que volte , porque ao longo do ano a gente via como era importante para as crianças esse relacionamento .

Era resgates de perdas educacionais e por isso eu torço que volte

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim ,porque eu consegui fazer um bom trabalho e espero que volte .

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Resgate da auto estima , confiança , fazer com que o aprender seja prazeroso .

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

O começar tarde , tio em praticamente no mês de Maio e parar do nada sem ter uma previsão de volta

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Em parte sim .

Só que infelizmente parou do nada .

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 5**Data de nascimento:**

10/06/1991

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem)

Qual o seu gênero?

Feminino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".**Religião:**

Umbandista

Última formação acadêmica concluída:

Ensino médio

Residência:

alugada

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".**Bairro / cidade:**

Jardim Primavera

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

2

Renda familiar aproximada:

até 1 salário mínimo

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

Passar conhecimento a crianças e adolescentes carentes

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

7 a 8 turmas +-, uma hora cada por 8h

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim referente a passagem/alimentação pois era trabalho voluntário.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim, se não me engano quando recebia o valor referente a alimentação e ida; e Quando ia fiscal fazer fotos sobre o trabalho e questionário sobre o mesmo.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina. suas atribuições como monitor, entre outros.

Com os menores era um pouco mais complexo mas eles se interessavam é era curiosos, com os maiores o desenvolvimento era mais simples e didático.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Sim, pois a escola não tinha espaço suficiente, era feito na igreja próxima é na escola.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim, currículo

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Sim, na adolescência sem ajuda de custo, em igreja

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal Anton Dworsak, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Sim

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Ora hora a pé, ou uber

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Não

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Não

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Bom, atendia quando necessário

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Bom, explicava como abordar algumas crianças com dificuldades

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Que os alunos utilizassem e gostassem

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Alguns sim por interesse no trabalho

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Chances extra as crianças, conhecimento

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Nenhum

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Sim, sobre fazer com que as crianças fossem mais criativas e aprendessem um pouquinho mais fora as aulas normais.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 6**Data de nascimento:**

12/12/1961

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor preta (descendentes de africanos/afrobrasileiros)

Qual o seu gênero?

Feminino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".

Religião:

Católica

Última formação acadêmica concluída:

Pós Graduação em Língua Portuguesa

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".

Bairro / cidade:

Jardim Primavera/ Duque de Caxias

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

2

Renda familiar aproximada:

acima de dois salários mínimos.

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

Passar um pouco do meu conhecimento e aprender muito com os alunos.

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

Oito turmas. Oito horas. De quinze a vinte e cinco alunos.

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim. Era um salário pelo trabalho executado.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim. Atividades que eram executadas ao longo das aulas.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

Sempre orientando e ajudando os colegas de trabalho.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Dentro e fora do espaço para interação das turmas.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim.

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Não.

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não.

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Residia próximo.

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

A pé.

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Atuei em contrato, onde me mostrou outras realidades, as quais, não conhecia. Foi gratificante. Não estava trabalhando no Programa Mais Educação.

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Não.

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Muito boa fui recebida com carinho e respeito.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Sempre trocando informações valiosas.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

A continuidade, pois os alunos se desenvolveram bastante.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim. Os alunos demonstravam interesse nas atividades.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Ajudou bastante os alunos que tinham dificuldades.

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

A meu ver nenhum.

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Conseguiu, pois víamos o crescimento dos alunos no dia a dia.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 7**Data de nascimento:**

4/11/1979

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem)

Qual o seu gênero?

Feminino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".**Religião:**

Evangélica

Última formação acadêmica concluída:

Licenciatura Geografia

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".**Bairro / cidade:**

Jardim Primavera/ Duque de Caxias

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

3

Renda familiar aproximada:

de 1 a 2 salários mínimos

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

A oportunidade de desenvolver aulas interativas, ajudando no desenvolvimento escolar e social.

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

4 turmas, 7h, 14 alunos em média cada turma.

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim, Uma ajuda de custo.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim. Documento sobre as atividades feitas. E o recibo da ajuda.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina. suas atribuições como monitor, entre outros.

Por ser atividades diferentes da rotina escolar os alunos interagem com bastante interesse. Demonstrando compreensão.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Algumas dentro, mas a maioria fora em um espaço próximo a escola. Esse espaço é amplo, com uma boa estrutura.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim. Licenciatura

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Não

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Sim

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

De carro, bicicleta as vezes a pé.

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Não

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Sim. Curso para Mediadores, sem custo.

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Boa relação, os profissionais sempre ajudavam os mediadores e facilitadores. A direção escolar era sempre atenta as dúvidas relacionadas ao projeto.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Compartilhava como estava sendo desenvolvido o trabalho do Mais Educação, apontando as dificuldades percebidas de alguns alunos.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Seria ótimo a continuidade dos trabalhos iniciados, pois integrava alunos, com atraso no desenvolvimento escolar. Ajudando na socialização de alguns alunos.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim, a expectativa de ajudar na orientação de alguns alunos com dificuldades no aprendizado.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Maior ampliação do aprendizado no letramento, alfabetização e cálculos. Com aulas dinâmicas.

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Poderia ter mais investimentos nos materiais lúdicos, para facilitar alunos com mais dificuldades de aprendizado.

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Sim, pois ampliando as aulas os alunos melhoraram no aprendizado.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 8**Data de nascimento:**

4/03/1966

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor branca (descendentes de europeus/ocidentais)

Qual o seu gênero?

Feminino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".**Religião:**

Cristã

Última formação acadêmica concluída:

Ensino médio / formação de professor

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".**Bairro / cidade:**

Jardim Primavera, Duque de Caxias

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo): 3**Renda familiar aproximada:**

de 1 a 2 salários mínimos

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

Oportunidade de exercer a profissão e renda extra

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

Em média cinco turmas, com 30 alunos em cada.

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim. Um pequeno valor, por turma.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim. Recibo e relatórios das atividades aplicadas.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

Atividades que reforçavam o trabalho do professor de sala e outras atividades complementares.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Fora. Em uma igreja Batista próxima da escola. O espaço era bom e amplo, mas a ida oferecia riscos por termos que atravessar pista onde havia tráfego de veículos leves e pesados.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim. Apresentei currículo para análise

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Não.

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Relativamente próximo.

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

A pé ou de bicicleta.

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Sim. Trabalhei em contrato nas rede estadual e municipal de Caxias com turmas das séries iniciais do fundamental e educação infantil, mas não concomitante ao Mais Educação

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Não.

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Tínhamos pouco contato que eu acredito que era por estarmos trabalhando em espaços diferentes.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Eu participava ao ser convidada. Dávamos nossas sugestões.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Sentia a necessidade de que o programa continuasse, pois era um dinheiro que, ainda que pouco, complementava a minha renda

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Razoavelmente, pois foi deficiente estruturalmente e quanto ao valor pago pelo trabalho solicitado, além da falta de auxílio pedagógico.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

As crianças ficavam aos cuidados de profissionais e protegidos do envolvimento com o tráfico, entre outros. Recebiam auxílio educacional e boa alimentação.

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Falta ou deficiência de oferta material, estrutural e humana.

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Não. Foi parcialmente cumprido, no sentido da oferta de oportunidade de um maior contato com a aprendizagem para o aluno.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 9**Data de nascimento:**

7/01/1973

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor amarela (descendentes de asiáticos/orientais)

Qual o seu gênero?

Feminino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".

Religião:

Protestante.

Última formação acadêmica concluída:

Pós em Psicopedagogia.

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".

Bairro / cidade:

Jardim Primavera / Duque de Caxias.

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

3 pessoas, dois adulto e uma criança.

Renda familiar aproximada:

acima de dois salários mínimos.

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

Para entender melhor como funcionava esse programa nas escolas públicas.

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

Eram 4 turmas(duas de manhã e duas à tarde), total de horas 10 horas, número de alunos entre 25 e 30 alunos em cada turma.

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim. Como ajuda de custo.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim. Fazíamos o registro das atividades em diário e tínhamos o recibo da ajuda de custo.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

O trabalho era desenvolvido de forma lúdica, partindo do princípio da necessidade do que a criança ou adolescente, precisava saber naquele momento. No caso a leitura e a escrita.

Começava com contação de história, onde a partir dali era desenvolvida à aula.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

As atividades eram realizadas fora do ambiente escolar em uma biblioteca comunitária e em uma igreja.

Na biblioteca comunitária era muito legal, porque os alunos tinham contato com diversos tipos de literatura e na igreja o espaço era excelente, muito amplo.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim. Apresentei currículo e formação de professor.

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Sim. Como mediadora de leitura em uma biblioteca comunitária. Não havia ajuda de custo na biblioteca comunitária, funcionava nos finais de semana, o objetivo da biblioteca comunitária é ter a leitura e a literatura como transformação social.

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Próximo

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Caminhando.

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Sim, por meio de contrato.

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Não

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Muito satisfatório. Existia uma troca muito boa entre nós que participavam do programa e dos profissionais da escola.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Minha participação era relatar os avanços e progressos ocorridos desses alunos mediante a participação deles no programa e mostrar esse desenvolvimento através de trabalhos lúdico realizados nesse período.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Sim. Espero que o trabalho volte a ser realizado para que possa ajudar os profissionais e as crianças, que estão em sala de aula.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

A melhora no desenvolvimento da leitura e escrita das crianças, que estavam participando do programa dentro da escola.

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

O ponto negativo é que não teve uma continuidade do trabalho já iniciado, com a realização do término do programa.

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Em parte, porque com o término do programa nos professores não conseguimos dar continuidade de um trabalho que já havíamos iniciado.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 10**Data de nascimento:**

4/10/1999

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem)

Qual o seu gênero?

Masculino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".**Religião:**

Umbandista

Última formação acadêmica concluída:

Curso Normal - Formação de Professores em Nível Médio

Residência:

dos pais

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".**Bairro / cidade:**

Jardim Primavera/Duque de Caxias

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

4

Renda familiar aproximada:

de 1 a 2 salários mínimos

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

Assim que me formei no ensino médio precisei começar a trabalhar, muitas escolas não me aceitavam por conta de eu não ter experiência. Conheci o Mais Educação que foi a minha primeira experiência.

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

4 turmas - Aproximadamente 16 horas

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Sim. R\$ 150 por turma.

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim. Assinava um recibo mensal onde colocava as atividades desenvolvidas no mês.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

Nós desenvolvíamos atividades lúdicas voltadas aos conteúdos em que eles estavam com dificuldade.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Fora. Na escola não tinha espaço então nós realizávamos em uma igreja próxima a escola.

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Sim. Apresentar currículo.

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Sim, concomitante. Trabalhava no Mais Alfabetização também.

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não.

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Sim.

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Ia caminhando.

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Sim. Trabalhei como contrato em outro município enquanto trabalhava no Mais Educação.

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Sim. Realizei apenas um curso fornecido pela SME. E os outros eu buscava e pagava do meu próprio bolso.

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

A relação era boa. Porém alguns professores da escola enxergavam o programa de forma negativa.

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Eu participava de todos. No início ia como ouvinte, mas posteriormente começamos a dar as contribuições.

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Não. Não sabíamos quando ia acabar ou até quando iria funcionar. Teve uma vez que terminamos antes do fim do ano letivo por conta do repasse das verbas.

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim. Consegui desenvolver diversas atividades. Porém com o tempo muitos alunos deixavam de participar.

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

O engajamento inicial dos alunos e a parceria da direção da escola.

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Com o tempo muitos alunos deixavam de participar. Os Professores da Unidade não apoiavam o projeto, por conta disso não conseguíamos fazer uma parceria.

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Em partes. Pois o governo poderia investir mais em recursos, melhor remuneração e formação para que pudéssemos desenvolver as atividades.

QUESTIONÁRIO-PERFIL – voluntário 11**Data de nascimento:**

2/09/1953

Qual é a sua "cor ou raça/etnia"? (categoria IBGE):

cor parda (descendentes de indivíduos de cor/etnias diferentes - miscigenação/mestiçagem)

Qual o seu gênero?

Masculino

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja "Outro (Qual?)".**Religião:**

Católico

Última formação acadêmica concluída:

Não possui

Residência:

própria

Justifique aqui a sua resposta caso a opção ao item anterior seja " outros".**Bairro / cidade:**

Jardim Primavera

Número de pessoas que residem com você (já se incluindo):

1

Renda familiar aproximada:

de 1 a 2 salários mínimos

QUESTIONÁRIO**1 - O que o(a) motivou a ingressar como voluntário(a) no programa Mais Educação?****Descreva:**

Vi como oportunidade de levar a capoeira para a escola

2 - Quantas turmas, em média, eram atendidas por você na escola, e o total de horas por dia? Elas costumavam ser compostas por quantos alunos?

Em média 4 turmas, de 5 a 8 horas por dia, 30 alunos por turma

3 - Recebia algum tipo de ressarcimento pelo trabalho desenvolvido? Escreva sobre isso.

Recebia

4 - Assinava ou preenchia algum documento ao longo do seu trabalho no programa? Se sim, escreva um pouco sobre eles.

Sim! Muitos documentos, como recibos, registros das aulas e de entrada no projeto.

5 - Descreva como se dava o desenvolvimento do trabalho com os alunos: rotina, suas atribuições como monitor, entre outros.

Eu gostava porque eu passava conhecimento e instruções para eles, não só físico, mas também sobre a história da capoeira e do Brasil que a envolvia.

6 - As atividades eram realizadas dentro ou fora do espaço escolar? Fale sobre, registrando suas impressões sobre o trabalho em tal espaço.

Dentro do espaço escolar, tanto a parte da história sobre a capoeira, quanto a parte prática

7 - Teve que passar por processo seletivo, apresentar currículo ou possuir alguma formação específica para ser aceito no programa? Descreva:

Formação como Mestre de Capoeira

8) Desenvolveu algum outro trabalho voluntário antes ou concomitante ao Mais Educação? Se sim, descreva um pouco sobre ele: funcionamento, objetivos, ajuda de custo (ou outro tipo de remuneração), entre outros:

Sim! Em locais como escolas de samba e praças do bairros, normalmente gratuito para a população, alguns dele eu recebia uma pequena ajuda de custo, outros não.

9 - Em relação ao programa Mais Educação, além da escola Municipal campo da pesquisa, participava do mesmo em outras unidades? Se sim, com qual ou quais objetivos?

Não, nesse projeto, participei apenas no Anton Dworsak

10 - Residia próximo ao local ou locais onde prestava serviços ao Programa Mais Educação?

Sim

11 - Como se dava sua locomoção até o espaço (ou espaços) onde se desenvolvia o programa?

Caminhando

12 - Atua ou atuou no serviço público por meio de matrícula - concursado(a) - ou contrato? Se sim, fale um pouco sobre esse trabalho e se já atuava no programa tendo o referido vínculo.

Não

13 - Ao longo de sua atuação no programa desenvolveu algum curso de formação? Em caso positivo, descreva qual ou quais e se para isso dependeu de algum investimento financeiro.

Não

14 - Como era a sua relação com as outras pessoas que trabalhavam na unidade escolar: professores, pessoal de apoio (cozinha e limpeza), dirigentes (coordenadores), orientadores (Pedagógico e Educacional), secretaria escolar e diretores? Descreva.

Muito boa! Todos sempre muito gentis e prestativos

15 - Como se dava a sua participação nos eventos, reuniões escolares e outros encontros pedagógicos que ocorriam na unidade escolar? Descreva.

Particpei de alguns relacionados ao projeto, com professores e direção da própria unidade escolar

16 - Possuía alguma expectativa quanto ao término ou a continuidade do programa ao longo do desenvolvimento do seu trabalho? Descreva de que forma tal definição ou indefinição o(a) impactava.

Sempre desejei que o projeto continuasse para que as crianças pudessem ter acesso a uma nova atividade, que além de física, envolve arte e história...

17 - Suas expectativas iniciais sobre o programa se confirmaram ao longo da atuação no mesmo? Escreva sobre isso.

Sim! Fui com a intenção de apresentar a história da capoeira aos alunos e eles adoraram

18 - Qual ou quais pontos positivos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

O projeto é uma ótima iniciativa para manter os alunos empenhados e empolgados com novas atividades dentro do âmbito escolar

19 - Qual ou quais pontos negativos poderia apontar sobre o desenvolvimento do programa?

Apenas a ajuda de custo, os demais pontos são bem positivos

20 - No seu entendimento, o programa conseguiu cumprir os objetivos pretendidos? Escreva sobre.

Sim! As crianças adoravam e ter um projeto que mantém eles na escola, aprendendo e compartilhando novas atividades é muito bom para o crescimento deles.

ANEXOS: Documentos norteadores do Mais Educação e Novo Mais Educação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO
 DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS

TERMO DE ADESÃO – PROGRAMA MAIS ESCOLA

O presente documento é um instrumento formal através do qual os responsáveis (pais, mães ou responsáveis legais) pelos alunos e alunas regularmente matriculados na rede municipal de educação de Duque de Caxias, a ADESÃO e concordância com o HORÁRIO DE INTEGRALIDADE das unidades escolares.

A assinatura neste Termo de Adesão significa que os responsáveis (pais, mães ou responsáveis legais) dos alunos e alunas matriculados na unidade escolar, abaixo nomeados, concordam que o seu(s) filho(s) ou tutelados frequentem, além do turno letivo, no qual estão regularmente matriculados também no contraturno no qual realizarão atividades complementares e, também, se comprometem a acompanhar e zelar por sua frequência e por seu desempenho escolar.

Autorizo também meu filho(a) a ser fotografado e/ou filmado sem ter o direito a qualquer indenização, pela imagem.

E. M. _____

Coordenador(a): _____

Nome do aluno: _____

Ano de escolaridade: _____ Turno: _____ Idade: _____ Data de nasc.: _____

Apresenta alguma restrição quanto aos alimentos? () não () sim

Quais: _____

Apresenta alergia algum medicamento? () não () sim

Quais: _____

Apresenta problema de saúde, que impeça a prática de esporte? () não () sim

Quais: _____

End.: _____

Telefone de contato: _____

Duque de Caxias, _____ de _____ de 2012.

 Diretor(a) da Unidade Escolar

 Pai ou Mãe ou Responsável Legal

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º Ficam destinados recursos financeiros para cobertura de despesas de custeio, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal que possuam estudantes matriculados no ensino fundamental regular conforme o censo escolar do ano anterior ao da adesão ao Programa, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias - UEx, a fim de contribuir para que as **referidas escolas realizem atividades complementares com foco no acompanhamento pedagógico por 5 (cinco) horas ou 15 (quinze) horas semanais por período de 8 (oito) meses do ano letivo.**

§ 1º Os recursos financeiros de que trata o caput serão liberados em favor das UEx das escolas indicadas pelas prefeituras municipais e secretarias distrital e estaduais de educação às quais se vinculam e ratificadas pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação -SEB/MEC, de acordo com os critérios de priorização do Programa.

§ 2º Os recursos financeiros serão transferidos apenas para UEx representativas de apenas uma unidade escolar, excluindo os consórcios.

CAPÍTULO II DA ADESÃO

Art. 2º As secretarias municipais, estaduais e distrital de educação (Entidades Executoras - EEx) deverão aderir ao Programa Novo Mais Educação por meio do módulo PAR do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - SIMEC, com a indicação das escolas vinculadas que estarão habilitadas a aderir ao Programa.

§ 1º Ao indicar as escolas para o Programa, é recomendado que as EEx utilizem os seguintes critérios de priorização:

I - escolas que receberam recursos na conta PDDE Educação Integral entre 2014 e 2016;

II - escolas que apresentam Índice de Nível Socioeconômico baixo ou muito baixo segundo a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e

III - escolas que obtiveram baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

§ 2º As EEx deverão indicar a carga horária do Programa por escola - 5 (cinco) horas ou 15 (quinze) horas semanais - ou permitir que as escolas façam esta escolha no momento de sua adesão no Sistema PDDE Interativo.

§ 3º As EEx deverão indicar, no momento da adesão, o Coordenador do Programa no âmbito da secretaria estadual, municipal ou distrital de educação, responsável por acompanhar a implantação do Programa e monitorar sua execução.

Art. 3º As UEx das escolas deverão elaborar e enviar à SEB/MEC o Plano de Atendimento da Escola, por meio do Sistema PDDE Interativo, constituindo esse procedimento de adesão condição necessária para que as escolas sejam contempladas com recursos financeiros.

**CAPÍTULO V
DOS RECURSOS**

Art. 9º A SEB/MEC encaminhará ao FNDE a relação nominal das escolas participantes do Programa Novo Mais Educação, com a indicação dos valores a serem a elas destinados, calculados em conformidade com o estabelecido no art. 10, com vistas à liberação dos recursos para a cobertura de despesas de custeio.

Art. 10 Os recursos destinados ao financiamento do Programa serão repassados às UEx representativas das escolas beneficiadas para cobertura de **despesas de custeio**, devendo ser empregados:

I - no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos Mediadores da Aprendizagem e Facilitadores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, conforme os incisos II e III do art. 5º desta Resolução; e

II - na aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades complementares.

§ 1º Os recursos especificados no caput deste artigo correspondem ao valor estimado do Plano de Atendimento da Escola e serão calculados de acordo com o número de estudantes informados no plano e turmas correspondentes, **para o período de 8 (oito) meses, tomando como referencial os seguintes valores:**

I - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas;

II - R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma das atividades de livre escolha da escola, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas;

III - R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês, por turma de acompanhamento pedagógico, para escolas urbanas que implementarem carga horária complementar de 5 (cinco) horas;

IV - R\$ 15,00 (quinze reais) por adesão, por estudante informado no Plano de Atendimento da Escola, para escolas urbanas e rurais que implementarem carga horária complementar de 15 (quinze) horas;

V - R\$ 5,00 (cinco reais) por adesão, por estudante informado no Plano de Atendimento da Escola, para escolas urbanas e rurais que implementarem carga horária complementar de 5 (cinco) horas; e

VI - Para as escolas rurais o valor do ressarcimento por turma será 50% (cinquenta por cento) maior do que o definido para as escolas urbanas nos incisos I a III do §1º deste artigo.

§ 2º O ressarcimento de que trata o inciso I do caput deste artigo será efetuado ao Mediador da Aprendizagem e Facilitador mediante apresentação de Relatório e Recibo Mensal de Atividades Desenvolvidas por Voluntário, o qual deverá ser mantido em arquivo pela UEx pelo prazo e para os fins previstos nas normas do PDDE vigentes.

Art. 11 A transferência financeira, sob a égide desta resolução, ocorrerá mediante depósito em conta bancária específica aberta pelo FNDE na mesma agência bancária depositária dos recursos do PDDE.

Parágrafo único. Os valores previstos no caput deste artigo a serem transferidos às UEx representativas das escolas beneficiárias **serão divididos em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira na proporção de 60% (sessenta por cento) e a segunda de 40% (quarenta por cento).**

NOVO MAIS EDUCAÇÃO

PERÍODO: 8 (OITO) MESES

LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: EM 2 (DUAS) PARCELAS: 1ª PARCELA - 60% (LIBERADA EM 03/01/2017) E 2ª PARCELA -40%

RECURSOS LIBERADOS NA NATUREZA DE DESPESAS DE CUSTEIO:

I – NO RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS MEDIADORES DE APRENDIZAGEM NE FACILITADORES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES,

II –NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS ÀS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.

SALDO REPROGRAMADO 2016:

*Na hipótese da utilização de recursos provenientes de saldos residuais da conta PDDE Educação Integral, deverão ser observadas **as categorias econômicas de custeio e capital.***

NÚMERO DE ESTUDANTES INFORMADOS NO PLANO DE ATENDIMENTO DA ESCOLA: MÍNIMO 20 (VINTE) E MÁXIMO, NÚMERO DE MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO CENSO DO ANTERIOR AO DA ADESÃO(2015);

NÚMERO DE ESTUDANTES POR TURMA:

- ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO (LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA) - **ATÉ 20 (VINTE) ESTUDANTES**
- DEMAIS ATIVIDADES: **ATÉ 30 (TRINTA) ESTUDANTES.**

LIMITE DE TURMAS POR MEDIADORES E FACILITADORES: 10 TURMAS

ESCOLAS COM ADESÃO COM OPÇÃO DE 5.00 HORAS POR SEMANA

VALOR DOS RECURSOS: R\$ 5,00 POR ADESÃO, POR ESTUDANTES.

ATIVIDADES: 2 (DUAS)

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO: LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

LÍNGUA PORTUGUESA: 2 (DUAS) HORAS E MEIA

MATEMÁTICA: 2 (DUAS) HORAS E MEIA

MEDIADORES DA APRENDIZAGEM/ ESCOLAS URBANAS: 80,00 POR TURMA – MÁXIMO 10 TURMAS POR MEDIADOR

MEDIADORES DA APRENDIZAGEM ESCOLAS / RURAIS: 120,00 POR TURMA – 50% A MAIOR DAS URBANAS

ESCOLAS COM OPÇÃO DE 15.00 HORAS POR SEMANA

VALOR DOS RECURSOS: R\$ 15,00 POR ADESÃO, POR ESTUDANTES.

Planilha para envio de dados dos Mediadores

CPF	NOME	FORMAÇÃO	MEDIADOR/FACILITADOR

Informar a quantidade de alunos participantes e respectivos Mediador(es) do Programa Novo Mais Educação

PORTUGUÊS

Escolaridade	Quantidade de alunos	Mediadores

MATEMÁTICA

Escolaridade	Quantidade de alunos	Mediadores

Duque de Caxias, 10 de abril de 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS EDUCACIONAIS (SSPPE)
DEPARTAMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS (DPE)

Prezados Diretores e Diretoras, bom dia.

O Departamento de Projetos Educacionais (DPE), em parceria com a Coordenadoria de Ensino Fundamental (CEF) e o Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire (CPFPPF), está planejando o Iº Encontro de Mediadores de Aprendizagem (que são os voluntários responsáveis por Língua Portuguesa e Matemática), que atuam com turmas de 4º, 5º e 9º Anos de Escolaridade.

O Encontro será uma atividade com objetivo de informar e orientar os Mediadores sobre o Programa e a didática a ser utilizada e, também, compartilhar ideias de atividades, na forma de oficinas.

O Iº Encontro de Mediadores de Aprendizagem está previsto para acontecer nos dias 26 e 27 de abril.

Fiquem atentos para divulgação da atividade, confirmando data e local.

Encerramos com votos de consideração.

Duque de Caxias, 04 de abril de 2017

Equipe do Departamento de Projetos Educacionais



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)
Educação Integral

Termo de Adesão e Compromisso de Voluntário

_____, _____, _____,
Nome do(a) Voluntário(a) (Nacionalidade) (Estado Civil)
 residente e domiciliado(a) no(a) _____,
(Rua/Avenida) (nº)
 _____, _____, _____, _____ portador(a) do
(Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF) CPF n.º _____
 _____ carteira de identidade n.º _____ / _____
(Nº do CPF) (Órgão Expedidor)
(UF)

pelo presente instrumento, formaliza adesão e compromisso em prestar, a contento, *serviço voluntário*, nos termos da Lei n.º 9.608, 18 de fevereiro de 1988, em escolas públicas definidas em Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que dispõe, anualmente, sobre os procedimentos e as formas de execução e prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ciente de que fará jus ao ressarcimento das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do referenciado serviço e que tal serviço não será remunerado e não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

_____ / _____, _____ de _____ de 20__
(Local) (UF)

(Assinatura do Voluntário)



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)
Educação Integral

RECIBO DE RESSARCIMENTO MENSAL DE DESPESAS COM TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA PRÓPRIA (UEX)			
1 – Razão Social		2 – CNPJ	3 – Mês/Ano
4 – Endereço		5 – Município	6 – UF
BLOCO 2 – IDENTIFICAÇÃO DO VOLUNTÁRIO			
() Professor Comunitário () Educador Comunitário () Coordenador () Oficineiro () Supervisor () Monitor			
7 – Nome		8 – CPF	9 – RG
11 – Endereço		12 – Telefone	13 – Município
			14 – UF
BLOCO 3 – TRABALHO REALIZADO			
15 – Escola:		16 – Endereço:	
17 – Data do Mês	18 – Dia da Semana	19 – Horário	20 – Assinatura
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
		às	
21 – Recibo			
Recebi da Unidade Executora Própria, identificada no Bloco 1, a importância de (inclusive, por extenso) R\$			
cheque nominal nº _____ do banco _____, a título de ressarcimento de despesas com transporte e			
alimentação na realização de serviço voluntário referente a atividades de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de			
lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade, voltadas à Educação Integral, em			
escolas públicas definidas em Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que			
dispõe, anualmente, sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas do Programa			
Dinheiro Direto na Escola (PDDE).			
BLOCO 4 – AUTENTICAÇÃO			
Local e Data		Assinatura do Voluntário	

Anexo B: Documentos norteadores da autorização da pesquisa

Todas os questionários indicados nos anexos integraram a documentação para autorização que aqui figuram apenas como modelos, pois não refletem o título da pesquisa finalizada, uma vez que a mesma sofreu modificações, adequações e aperfeiçoamento durante o desenvolvimento.



CARTA DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA

Ao Departamento do PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFRJ

Eu, Maria Aparecida Mendes, portadora do documento de identidade 08298870-0, vinculada ao programa de Ciências Sociais- Mestrado – Seropédica, sob o número: 2020110028 venho, por meio desta, solicitar abertura do processo à Seção de Arquivo e Protocolo Geral para envio de projeto de pesquisa ao CEP-UFRJ, objetivando a realização da minha pesquisa: PRECARIZAÇÃO E TRABALHO “VOLUNTÁRIO” NOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E MAIS ALFABETIZAÇÃO. ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ, orientada pela Profa. Dra. Alessandra Maia Terra de Faria, docente do departamento e pelo Coorientador Prof. Dr. Marcelo Baumann Burgos – PUC/RJ.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2021.

Pesquisadora

Orientadora

PPGCS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
Ciências Sociais **UFRJ**

Seropédica, 24 de agosto de 2021.

À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS,

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos, por meio desta, apresentar a pesquisadora MARIA APARECIDA MENDES e seu projeto de pesquisa conforme informações abaixo descritas para apreciação por esta Secretaria de Educação.

Instituição	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Curso	PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Título da pesquisa	PRECARIZAÇÃO E TRABALHO “VOLUNTÁRIO” NOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E MAIS ALFABETIZAÇÃO. ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.
Nome da pesquisadora	Maria Aparecida Mendes
Orientadora	Profa. Dra. Alessandra Maia Terra de Faria
Contato do orientador	
Tempo de duração do curso	Janeiro de 2020 a fevereiro de 2022
Tempo previsto de duração da pesquisa	Outubro de 2021 a Dezembro de 2021
Local da pesquisa	Escola Municipal .
Público-alvo a ser pesquisado	Profissionais que atuaram e atuantes nos programas Mais Educação e Mais Alfabetização, a diretora da unidade escolar, orientadores (pedagógico e educacional) e dirigentes de turnos.

Ficamos no aguardo do respectivo parecer para dar início à mesma.

Atenciosamente,


ALESSANDRA MAIA TERRA DE FARIA

Checklist do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O termo de consentimento livre e esclarecido deverá conter, **obrigatoriamente** de acordo com a Resolução 466/12, capítulo IV:

justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental, quando aplicável

explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa

esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ou interrupção da pesquisa

garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma

garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa

garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes

explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa

O termo de consentimento livre e esclarecido deverá ainda, (de acordo com a Resolução 466/12, capítulo IV):

declaração do pesquisador responsável que expresse o cumprimento das exigências contidas nos itens acima

local para assinatura pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha

endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente;

Os projetos da área Biomédica estão de acordo com o item IV.4 do capítulo IV da Resolução 466/12. () Sim () Não. Em caso negativo especificar quais os subitens.



COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP-UFRRJ

PROTOCOLO PARA SUBMISSÃO DE PROJETO DE PESQUISA À COMISSÃO DE ÉTICA

PROTOCOLO N°: _____ **RECEBIDO EM:** ____/____/____

1. Título do Projeto: Precarização e trabalho “voluntário” nos programas Mais Educação e Mais Alfabetização. Análise a partir de uma unidade escolar da prefeitura de Duque de Caxias/RJ

1.1. Coordenador do projeto:

1.2. Instituto/Departamento: UFRRJ/ PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

2. Tipo de Projeto

Individual

Em equipe

Pós-doutorado

Mestrado

Iniciação científica

Pesquisador visitante

Técnico

Trabalho de conclusão de curso

Doutorado

Especialização

Outros Especificar: _____

3. Área Temática: Teoria política, instituições, políticas públicas e globalização.

4. Há outros Projetos relacionados a este?

Sim

Não

Especificar: _____

5. Recebido por:

PPGCS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa –, no caso de concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a Instituição. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador(a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: PRECARIZAÇÃO E TRABALHO “VOLUNTÁRIO” NOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E MAIS ALFABETIZAÇÃO. ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: MARIA APARECIDA MENDES

ENDEREÇO COMERCIAL: Rua Geraldo Rocha, s/n – Jardim Primavera – Duque de Caxias.

TELEFONE COMERCIAL: 3654-6741

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a um questionário sobre: **PRECARIZAÇÃO E TRABALHO “VOLUNTÁRIO” NOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E MAIS ALFABETIZAÇÃO. ANÁLISE A PARTIR DE UMA UNIDADE ESCOLAR DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS/RJ.** Essas entrevistas serão realizadas na Escola Municipal Anton Dworsak e os dados, informações, servirão para compor a apresentação e a dissertação de Mestrado da pesquisadora Maria Aparecida Mendes.

BENEFÍCIOS: analisar e discutir o conceito de precarização docente, na perspectiva do trabalho voluntário dos trabalhadores dos programas Mais Educação e Mais Alfabetização, avaliando a forma como esses profissionais são conduzidos e atuam no ambiente escolar, suas relações de trabalho, qualidade, condições e expectativas e que tal estudo seja base para futuros debates e possíveis resistências em prol da manutenção ou redirecionamento para

02/12/2021 13:28

https://sipac.ufrj.br/public/jsp/processos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=896574

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



PARECER Nº 1621 / 2021 - PROPPG (12.28.01.18)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Seropédica-RJ, 29 de novembro de 2021.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFRRJ / CEP

Protocolo Nº 228/2021

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "Precarização e Trabalho "Voluntário" nos Programas Mais Educação e Mais Alfabetização. Análise a Partir de uma Unidade Escolar da Prefeitura de Duque de Caxias/RJ" sob a coordenação da Professora Dr^a. Alessandra Maia Terra de Faria, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Departamento de Ciências Sociais, processo 23083.065770/2021-63, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

(Assinado digitalmente em 29/11/2021 17:10)
JOAO MARCIO MENDES PEREIRA
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO
PROPPG (12.28.01.18)
Matricula: 1736091

Processo Associado: 23083.065770/2021-63

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: 1621, ano: 2021, tipo: PARECER, data de emissão: 29/11/2021 e o código de
verificação: bd4adb1f7d

https://sipac.ufrj.br/public/jsp/processos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=896574



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
SALA PAULO FREIRE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO CONTINUADA

Duque de Caxias, 3 de dezembro de 2021

Parecer nº: 28/21 – Sala Paulo Freire – Centro de Referência em Estudos, Pesquisas e Formação Continuada/SME-DC

Requerente: Maria Aparecida Mendes

Universidade ou agência associada: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Assunto: Autorização de pesquisa

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com as atribuições deste Centro de Referência e tendo sido observada a documentação recebida, as autorizações em nossa Rede são concedidas na condição de que sejam respeitadas as normas de decoro e adequabilidade estabelecidas pela Unidade Escolar.

DA ANÁLISE

Após a análise do projeto de pesquisa intitulado “Precarização e trabalho ‘voluntário’ nos programas Mais Educação e Mais Alfabetização. Análise a partir de uma Unidade Escolar da Prefeitura de Duque de Caxias-RJ”, cujo objetivo geral é, “por meio dos referidos programas, apresentar o que funcionou e o que está em funcionamento na Unidade Escolar – campo de trabalho dessa pesquisa – para analisar e discutir o conceito de precarização docente, na perspectiva do trabalho voluntário dos ex-trabalhadores dos programas Mais Educação e dos atuais do Mais Alfabetização, destacando a forma como esses profissionais são ou foram conduzidos e atuam ou atuaram no ambiente escolar, suas relações de trabalho, qualidade, condições e expectativas e que tal estudo seja base para futuros debates e possíveis resistências em prol da manutenção ou redirecionamento para novas práticas de investimento no trabalho educacional”, constatou-se a necessidade da pesquisa de campo.

Ressalta-se que, para a realização de entrevistas, aplicação de questionários e/ou exercícios, uso de imagens ou quaisquer práticas outras relacionadas à pesquisa, deverão ser solicitadas autorizações de todos os envolvidos permitindo a utilização dos dados para fins acadêmicos e/ou científicos. No caso de menores, solicita-se a inclusão de uma autorização de seu responsável.

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos, **AUTORIZA-SE** a realização da pesquisa. Vale ressaltar que as informações fornecidas ao pesquisador deverão ser arquivadas pelo tempo que determina a legislação e não poderão ser utilizadas em detrimento da Unidade Escolar, Departamento de Educação Básica (DEB), Departamento de Programas e Projetos Educacionais (DPPE), Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e/ou indivíduos participantes, inclusive na forma de dano à estima, prestígio e/ou agravo econômico/financeiro. Outrossim, o anonimato de tais informações deverá ser garantido durante e após a pesquisa. Caso necessário, a qualquer momento poderemos revogar esta autorização se comprovadas atividades que causem prejuízo às instituições e/ou pessoas envolvidas.

Orientamos veementemente que sejam seguidos os protocolos de segurança sanitária referentes à pandemia da Covid-19.

Cordialmente,

Glacione Ribeiro da Silva

GLACIONE RIBEIRO DA SILVA

Sala Paulo Freire – Centro de Referência em Estudos, Pesquisas e Formação Continuada
 Matrícula: 21134-8

SALA PAULO FREIRE – CENTRO DE REFERÊNCIA EM ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO CONTINUADA

Rua Prefeito José Carlos Lacerda, 1422 – 1º ANDAR – 25 de Agosto – Duque de Caxias / RJ

CEP: 25071-120 – Tel: 3652-6221/2771-5870 R.233 E-mail: salapaulofreire@smeduquedecaxias.rj.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
SALA PAULO FREIRE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM ESTUDOS, PESQUISAS E FORMAÇÃO CONTINUADA**

Duque de Caxias, 3 de dezembro de 2021

De: Sala Paulo Freire – Centro de Referência em Estudos, Pesquisas e Formação Continuada

Assunto: Pesquisa de campo

Prezado(a),

Encaminhamos a V.S.^a, Maria Aparecida Mendes, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), para que possa realizar uma pesquisa nesta conceituada Unidade Escolar.

Lembramos que é de suma importância o seu acompanhamento no referido trabalho, objetivando estreitar cada vez mais essa parceria.

Cordialmente,

Glacione Ribeiro da Silva

GLACIONE RIBEIRO DA SILVA

Sala Paulo Freire – Centro de Referência em Estudos, Pesquisas e Formação Continuada
Matricula: 21134-8